



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**A opção *Multistakeholder* como pilar da Estratégia Nacional de
Educação para o Desenvolvimento**

Ana Teresa Fanha da Graça Gonçalves dos Santos

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do Departamento de Economia Política
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadora:

Mestre Mónica Ferro, Professora Assistente
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

[Outubro, 2013]

*“The Portuguese Development Education Strategy is a wonderful
example of partnership between ministries and Civil Society
Organisations.”*

Liam Wegimont – GENE
European Congress on Global Education
27th September 2012

Agradecimentos

À Plataforma Portuguesa das ONGD, onde tive oportunidade de trabalhar durante quase dois anos, por me ter iniciado na área da Educação para o Desenvolvimento, por ter contribuído para ser a profissional que sou hoje, por ter sido uma excelente escola na perceção da complexidade que é o mundo das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), por me ter permitido conhecer tantas pessoas que têm realmente amor à camisola e que trabalham afincadamente e sem nunca desistir naquilo que realmente acreditam.

À Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), nas pessoas da Luísa Nunes do Ministério da Educação, da Luísa Teotónio Pereira do CIDAC, do António Torres e do Sérgio Guimarães do IPAD (agora Camões, ICL.), por me terem acolhido de braços abertos, por tudo o que aprendi convosco, por continuarem a acreditar e a trabalhar sempre para que a ENED seja um verdadeiro sucesso. Também à La Salette, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e ao Jorge Cardoso que representa atualmente a Plataforma Portuguesa das ONGD na Comissão de Acompanhamento da ENED, por terem vestido a camisola e apoiado o trabalho feito, e também por terem trazido muitas vezes outras perspetivas que vieram enriquecer ainda mais o trabalho feito.

Aos membros do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD, no qual comecei a participar ainda enquanto membro do secretariado da Plataforma e no qual continuei a participar enquanto representante do Instituto Marquês de Valle Flôr. Por acreditarem no potencial da Educação para o Desenvolvimento e nas atividades que desenvolvem, por tentarem fazer sempre mais com cada vez menos, por terem sido os principais agentes do meu próprio processo de Educação para o Desenvolvimento e os principais responsáveis por tudo o que sei hoje e pelo que faço enquanto “educadora para o desenvolvimento”, por acreditarem no meu potencial e por isso me elegerem enquanto representante da Plataforma e do próprio Grupo no *Development and Awareness Raising Education Forum* do CONCORD.

Ao *Development and Awareness Raising Education (DARE) Forum* do CONCORD e ao secretariado do DEEEP (Projeto *Developing Europeans Engagements in the Eradication of Global Poverty*) por me terem dado a perspetiva europeia da Educação para o

Desenvolvimento, por me oferecerem a oportunidade de aprender sempre mais e fazer algo a nível europeu pela promoção da Educação para o Desenvolvimento.

Ao Instituto Marquês Valle Flôr, à Maria e à Mónica pela amizade, à Ana e à Mina e a todos os outros técnicos que lá trabalham, por me terem suportado nos últimos meses sempre a falar da tese, e por respeitarem a minha “alta-voltagem” e hiperatividade, pelas conversas de corredor que nos fazem pensar e acredito que no fundo nos fazem sempre procurar ser melhores. À Rita e ao Diogo, por nos terem mostrado que mudar é possível.

À minha querida Professora Mónica Ferro, que apesar de na realidade ser uma amiga, ser sempre a minha Professora, porque tenho ainda muito que aprender com ela e ela tem ainda muito que me ensinar. Por me ter orientado mais uma vez e por compreender os muitos atrasos e adiamentos a que a tese foi sujeita, por continuar (sete anos depois de ter tido a minha primeira aula com ela) a contribuir para o meu crescimento intelectual e por me dar conselhos preciosos que contribuem em muito para o que sou hoje.

Ao Professor Roque Amaro pela disponibilidade, compreensão e por todos os conselhos.

A todos os restantes Professores do ISCTE-IUL com quem tive a oportunidade de aprender.

Ao Dinis, por me fazer a cada dia que passa, mais e mais feliz, pelo apoio constante e pelas palavras de motivação e incentivo em fazer a tese. Por não me ter deixado desistir e por não me deixar esquecer que juntos somos mais fortes.

Ao meu pai, mãe, irmã e cunhado, avô, tios e primos, e aos meus amigos por entenderem as ausências dos últimos anos.

Resumo

Em maio de 2008, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho, anunciava a intenção do estado português em dar início ao processo de elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). A partir dessa data, o IPAD (atual CICL) encetou todos os esforços para iniciar um processo *multistakeholder* tentando reunir o maior número de Instituições Públicas e Organizações da Sociedade Civil num processo comum de elaboração e implementação da Estratégia.

Quando em Setembro de 2009, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento foi assinada formalmente pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pelo Secretário de Estado Adjunto da Educação, foi um testemunho claro de como a colaboração e parceria entre Instituições Públicas e Organizações da Sociedade Civil poderia funcionar e dar frutos. Mas ao invés de se ter dado o processo como concluído, a assinatura marcou o início de um período de implementação que iria testar até que ponto é que o trabalho colaborativo entre organizações tão diferentes pode resultar e até ser uma mais-valia para conseguir ultrapassar obstáculos e sobreviver aos momentos de crise.

Neste trabalho iremos exatamente debruçar-nos sobre o processo de elaboração e execução da ENED e sobre como a opção por um processo *multistakeholder* foi decisiva para o seu sucesso.

Palavras-chave: Educação para o Desenvolvimento; *Multistakeholder*; Estratégia Nacional; Participação

Códigos de Classificação JEL: JEL: F68; JEL: Z00.

Abstract

In May 2008, the Portuguese Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation, João Gomes Cravinho, announced that the Portuguese state intended to begin a process of developing the National Development Education Strategy (ENED). From that moment on, IPAD (presently CICL), made all the efforts in order to begin a multistakeholder process that tried to unite the biggest number of Public Institutions and Civil Society Organisations in a common process of building and implementing the Strategy.

When in September 2009, the Portuguese National Development Education Strategy was formally signed by the Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation and by the Secretary of State of Education, it was clear evidence that the cooperation among Public Institutions and Civil Society Organisations can work and be fruitful. However, instead of concluding the process, this signature was the landmark for an implementation period that would test the strength of cooperative work among such different organization and would also show how this type of cooperation can be an added value in what overcoming obstacles and surviving crisis moments in concerned.

In this paper we will exactly analyse the building and implementation of ENED and will explore how the option for a multistakeholder process was crucial for the Strategy's success.

Key Words: Development Education; Multistakeholder; National Strategy; Participation

JEL Classification Codes: JEL: F68; JEL Z00.

Índice

Introdução	1
Capítulo I – A Educação para o Desenvolvimento	5
1.1 - Introdução e Nota Metodológica	5
1.2 - O que é a Educação para o Desenvolvimento?	5
1.3 - Áreas de Intervenção	12
1.4 - Contexto Europeu	13
1.5 - ED em Portugal	18
Capítulo II - A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento	22
2.1 - Introdução e Nota Metodológica	22
2.2 - Contexto	22
2.3 - A ENED: um processo de elaboração em quatro fases:	23
2.3.1 - Fase Preparatória	23
2.3.2 - Fase de Definição Estratégica	25
2.3.3 - Fase de Consulta Pública	29
2.3.4 - Fase de Adoção da Estratégia e do Plano de Ação	29
2.4 - A Estratégia: Estrutura e Conteúdo	30
2.5 - Execução da Estratégia	37
Capítulo III – A opção Multistakeholder como fator de sucesso da ENED	39
3.1 - Introdução e Nota Metodológica	39
3.2 - Envolvimento dos Stakeholders	39
3.2.1 - Na fase de elaboração da ENED	39
3.2.2 - Na implementação da ENED	43
3.2.3 - As Jornadas anuais de Educação para o Desenvolvimento	44
3.2.4 - O Relatório de Acompanhamento 2010-2011 e Planificação 2013	45
3.3 - O Exemplo Português: Boa Prática a nível europeu	47

Conclusão	50
Fontes	54
Bibliografia	55
Websites Consultados:	56

Anexo A - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Anexo B - Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Tipologia dos Conceitos de ED (<i>DE Watch</i> , 2010: 7)	9
Quadro 1.2 – Número de Projetos de Educação para o Desenvolvimento aprovados pela Comissão Europeia de 2004 a 2012	18
Quadro 2.1 – Áreas de Intervenção, Objetivos Específicos e Medidas da ENED	34
Quadro 2.2 – Exemplo de Tipologia de Atividade e Meta para um Medida da ENED	36
Quadro 3.1 – Organizações envolvidas no Processo de Elaboração da Estratégia	40

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Evolução da Linha de Financiamento de Projetos de Educação para o Desenvolvimento 2005-2013	20
Figura 2.1 – Níveis de Participação dos <i>Stakeholders</i> na ENED à data do processo de elaboração da Estratégia	27
Figura 3.1 – Gráfico de execução global dos objetivos específicos da ENED (CAENED, 2013:41)	46
Figura 3.2 – Gráfico da cobertura dos objetivos específicos na Planificação ENED 2013 (CAENED, 2013: 6)	47

Glossário de Siglas

- ACIDI** – Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural
- APD** – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- APA** – Agência Portuguesa do Ambiente
- APEDI** – Associação de Professores para a Educação Intercultural
- CAD** – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE
- CAENED** – Comissão de Acompanhamento da ENED
- CIDAC** – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
- CICL** – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD)
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CLONG** – Liaison Committee of NGOs (atual CONCORD)
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNJ** – Conselho Nacional da Juventude
- CNJP** – Comissão Nacional Justiça e Paz
- CONCORD** – Confederação Europeia das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e Assistência
- CPADA** – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- DARE Forum** – Development and Awareness Raising Education Forum do CONCORD
- DEEEP** – Projeto Developing Europeans Engagement in the Eradication of Global Poverty
- DGE** - Direção Geral da Educação
- DGIDC** – Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (atual DGE)
- ED** – Educação para o Desenvolvimento
- ENED** – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
- ESE** – Escola Superior de Educação
- FCG** – Fundação Calouste Gulbenkian
- GENE** – Global Education Network Europe
- GTED** – Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD
- GT1** – Grupo de Trabalho 1 da ENED (atual CAENED)
- GT2** – Grupo de Trabalho 2 da ENED
- IPAD** – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (atual CICL)

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPJ – Instituto Português da Juventude (atual IPDJ)

MSH – European Multistakeholder Group on Development Education

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não-Governamental

ONGA – Organização Não-Governamental para o Ambiente

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

TA – Tipologia de Atividade do Plano de Ação da ENED

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

O Eurobarómetro “*Europeans and Development Aid*”, publicado em outubro de 2012, indica que 83% dos portugueses não estão preparados para pagar mais por bens alimentares ou outros produtos provenientes de Países em Desenvolvimento (por exemplo produtos de comércio justo) para ajudar as pessoas que aí vivem. Quando comparada com as respostas dos outros países europeus, esta é a taxa de rejeição mais alta da União Europeia (UE). No mesmo inquérito, em resposta à pergunta “Em que medida acha que sabe para onde vai (nacionalidade) a Ajuda ao Desenvolvimento?” 61% dos portugueses afirmaram que não sabem nada acerca do destino da Ajuda ao Desenvolvimento. Valor que sobe 1% na pergunta especificamente dirigida à ajuda dada pela União Europeia.

Estas respostas são preocupantes e vêm demonstrar a importância da promoção da Educação para o Desenvolvimento (ED) na sociedade portuguesa. Num mundo cada vez mais interdependente e globalizado, onde os problemas já não estão confinados às fronteiras dos países, é cada vez mais importante que os cidadãos estejam informados sobre as interdependências locais, e possam pensar criticamente sobre os modelos de desenvolvimento hoje aplicados. É importante que, a partir dessa reflexão crítica sejam, capazes de propor soluções e agir para que o mundo se torne cada vez mais justo, um mundo em que todos os pilares do Desenvolvimento Sustentável sejam entendidos claramente e de forma intrinsecamente ligada.

Hoje em dia, o conceito de Educação para o Desenvolvimento é ainda desconhecido pela maioria da população portuguesa e mesmo por alguns atores tradicionais do desenvolvimento, como Organizações Não Governamentais e instituições públicas, e infelizmente alguns desses atores apesar de conhecerem o conceito não lhe atribuem a importância devida, sendo em muitos casos a Educação para o Desenvolvimento ainda vista por algumas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas como uma área acessória da sua atividade e não como o seu “*core business*” ou como algo transversal à sua atividade enquanto ONGD.

Assim, e como forma de procurar contrariar esta tendência, foi desenvolvida, pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Ministério da Educação, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) e Plataforma Portuguesa das ONGD em conjunto

com outras 11 organizações públicas e da sociedade civil, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)¹.

Segundo Guimarães e Santos (2011: 19),

Os direitos e deveres coletivos e individuais são cada vez mais definidos através de uma interação complexa entre dimensões locais e globais. Neste contexto, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) é um instrumento para facilitar o compromisso de todos os indivíduos e organizações para se envolverem em alcançarem respostas para as desigualdades locais e globais. A ENED é também uma estratégia que procura contribuir para uma clareza conceptual acerca dos diferentes entendimentos da ED e das suas inter-relações com as outras “Educações para...”.

Desta forma foi claro, desde o início, que a ENED devia aspirar e lutar pela mudança social. Contudo, simultaneamente – especialmente porque esta era a primeira estratégia a lidar com esse assunto a nível nacional – havia também o entendimento que ela própria devia ser um instrumento de Educação para o Desenvolvimento.

A Educação para o Desenvolvimento é um conceito que por si próprio privilegia a vertente participativa, logo a ENED não poderia ser feita de outra forma: a vertente participativa teria de estar presente ao longo do processo e ser a base do mesmo. É exatamente sobre esta vertente participativa – *multistakeholder* – e a sua importância na construção e execução da própria Estratégia que nos iremos debruçar, procurando caracterizar, estudar e fazer uma análise dos níveis e tipo de participação dos atores envolvidos, tentando perceber a sua influência em todo o processo da ENED.

Durante a execução deste trabalho deparámo-nos com algumas dificuldades que a nível metodológico se prenderam sobretudo com a falta de bibliografia, com o grau de complexidade do conceito de Educação para o Desenvolvimento *per si*, e com o facto da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento estar ainda em execução, sendo que ainda não está disponível uma avaliação da sua execução.

A nível pessoal também surgiram algumas dificuldades. Na verdade, sendo nós representantes da Plataforma Portuguesa das ONGD na Comissão de Acompanhamento da ENED e tendo acompanhado de muito perto todo o processo, foi difícil mantermos o distanciamento relativamente ao objeto de estudo. Para além disso, também não podemos deixar de referir os constrangimentos que surgiram relativamente a tempo disponível para

¹ Ver Anexo A

dedicar a este trabalho e que decorreram sobretudo do momento que atravessamos a nível profissional e que nos tem tomado mais tempo do que o esperado.

Tal como foi referido anteriormente, ao iniciar a investigação teórica sobre este tema foi notória a quase inexistência de bibliografia referente ao tema a nível nacional, havendo apenas alguma, pouca, bibliografia referente ao conceito de Educação para o Desenvolvimento e sua evolução histórica. Sendo esta a nossa área de trabalho a nível profissional e sendo nós próprios agentes de Educação para o Desenvolvimento e um dos atores que participou diretamente na elaboração e na execução inicial da ENED, a escolha deste tema reúne tanto o interesse pessoal como profissional e científico, sendo que devemos desde já referir que alguma da bibliografia utilizada é da nossa autoria.

Assim, dentro das fontes bibliográficas usámos fontes primárias, nomeadamente: o documento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, o seu Plano de Ação, e o Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação da própria estratégia. Usamos como outras fontes primárias, material de informação e de formação, relatórios, levantamentos e outros materiais criados e distribuídos no âmbito das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Estratégia e do Grupo de Trabalho 2 da ENED.

Usámos, ainda, fontes secundárias, especialmente artigos publicados em vários *websites* da área e também comunicações feitas em congressos e seminários sobre o tema. Utilizámos também algumas obras de referência sobre o conceito de Educação para o Desenvolvimento.

Recorremos a vários *websites* da *internet* que disponibilizam informação relevante e muito recente. Acedemos sobretudo a *websites* oficiais das instituições públicas e organizações da sociedade civil que participaram na estratégia por considerarmos que estes são os mais credíveis e fiáveis.

Do ponto de vista da utilização das referências, optámos por incluir na bibliografia apenas a que consultámos e que usámos ao longo do relatório. A bibliografia citada será referida no corpo do texto. Na bibliografia final, optamos por separar os *websites* consultados. A opção de não incluirmos referência à hora em que o *website* foi acedido relaciona-se com o facto de estarmos a tratar, sobretudo, de modos de funcionamento que não constam de informações disponibilizadas pontualmente mas que estão em permanentemente presentes nos *websites* consultados.

Deve igualmente ser referido que, para além da análise documental efetuada, acabámos também por levar em consideração a nossa própria experiência enquanto atores no processo.

Gostaríamos também de referir que o facto de utilizarmos o estrangeirismo *multistakeholder* se prende com o facto de não existir na nossa perspetiva nenhum termo em língua portuguesa que detenha o significado total da palavra.

Relativamente à estrutura do Trabalho, num primeiro capítulo abordamos o próprio conceito de Educação para o Desenvolvimento, áreas de intervenção respetivas e descrevemos o contexto do setor a nível europeu e nacional. Acreditamos que este seja um exercício útil para conseguir perceber o porquê da elaboração da ENED e também de algumas justificações que foram tomadas.

No segundo capítulo procuraremos explicar o que é a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento todo o processo de elaboração e estrutura, e analisar como está a ser executada a estratégia, dando já algumas pistas sobre as opções que foram tomadas para envolver vários atores.

Num último capítulo, focamo-nos no facto de como é que o envolvimento de diversos atores foi um fator de sucesso da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e como tal opção leva o exemplo português ser considerado uma boa prática por outros atores a nível europeu.

Capítulo I – A Educação para o Desenvolvimento

1.1 - Introdução e Nota Metodológica

Neste primeiro capítulo procuramos explorar as várias abordagens ao conceito de Educação para o Desenvolvimento, as áreas de intervenção e fazemos uma pequena contextualização do que se passa a nível europeu e a nível nacional de forma a melhor entendermos o porquê do desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Queremos também deixar aqui algumas reservas relativas ao conceito de Educação para o Desenvolvimento que usamos. Embora o nosso objeto de estudo suscite um amplo debate em torno do conceito de Educação para o Desenvolvimento, este debate não cabe no âmbito do nosso trabalho. Assim, procuramos apenas listar as várias definições oficiais que existem, explicar o porquê da existência das várias definições e recorreremos, sobretudo, ao conceito de Educação para o Desenvolvimento presente na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

1.2 - O que é a Educação para o Desenvolvimento?

Definir Educação para o Desenvolvimento (ED) não é um trabalho fácil. Na verdade, não há uma mas várias definições de ED, demonstrando-se que este é um conceito tão complexo quanto a realidade que tenta compreender.

Segundo o relatório *DE Watch* (Krause, 2010: 6), “é importante referir que o termo Educação para o Desenvolvimento é presentemente utilizado para referir atividades de comunicação, informação e educação de tipos muito diferentes, com diferentes objetivos e com níveis diferentes de profundidade.”.

Na verdade, o próprio termo educação conduz-nos à ideia de um processo inacabado, abrangente e em constante evolução e que acaba por relacionar-se intimamente com o conceito de Desenvolvimento. É um processo que é individual e social e que leva a compreender o mundo que nos rodeia. Assim, a ED apresenta-se como um processo dinâmico e contínuo que procura facilitar a aquisição de conhecimentos e a sua compreensão de forma a incentivar a existência de um pensamento crítico que conduzirá idealmente a uma ação para a mudança.

De forma resumida, poderá dizer-se que a “Educação para o Desenvolvimento é uma boa educação com uma perspetiva global” (IDEA, 2011).

A nível nacional, há quatro definições de ED que são aceites e tidas em conta pelos atores mais relevantes na área. Apresentamos essas definições de seguida:

Segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD:

A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa:

- a formação integral das pessoas;
- a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência;
- a vivência da interculturalidade;
- o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade;
- a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, de participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.

A Educação para o Desenvolvimento não pode nunca confundir-se com campanhas de angariação de fundos, com objetivos de visibilidade e marketing de organizações ou ações, nem com iniciativas de informação oficial sobre Ajuda ao Desenvolvimento.

A singularidade da Educação para o Desenvolvimento é a sua vinculação ao Sul e, por isso, o que a distingue de outras "Educações para..." é o ter sempre em conta os discursos e as propostas que são feitos sobre e pelo Sul.

(II Escola de Outono de ED, dezembro de 2002)

Esta definição desenvolvida conjuntamente pelos participantes na II Escola de Outono de ED promovida pela Plataforma Portuguesa das ONGD em 2002, enfatiza não só os objetivos principais da Educação para o Desenvolvimento, mas também salienta as atividades que não deverão ser confundidas com Educação para o Desenvolvimento afirmando claramente uma das características distintivas da Educação para o Desenvolvimento em relação às outras “Educações para...”, a sua vinculação ao Sul. De referir que este foi o primeiro exercício conjunto de definição da Educação para o Desenvolvimento a nível nacional, que conduziu à construção da primeira definição portuguesa de ED.

Segundo a Cooperação Portuguesa:

A ‘Educação para o Desenvolvimento’ (ED) constitui um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre

o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo ativo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial, e também da portuguesa, para as questões da cooperação para o desenvolvimento.

Embora a ED não se restrinja à educação formal, é importante que esta seja incorporada progressivamente nos currícula escolares, à semelhança do que acontece com outros países europeus, para que a educação formal reflita e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais. A coordenação com o Ministério da Educação nesta matéria é fundamental. Por outro lado, as temáticas de ED não se confinam só a matérias de carácter internacional, antes potenciam soluções e respostas para questões transversais da nossa sociedade, como sejam a do respeito pela multiculturalidade; as questões da imigração e da inclusão social; a luta contra a pobreza; as campanhas de educação para a saúde e as de sensibilização ambiental; a questão da responsabilidade social empresarial, do consumo sustentável e do comércio justo; e a responsabilidade social dos media.

(MNE, 2006: 45-46)

Esta definição de ED desenvolvida pela Cooperação Portuguesa, em 2005, acaba por incluir também uma justificação da sua importância, reforçando o papel fundamental que o Ministério da Educação pode ter na sua implementação no sistema formal de educação e fazendo a ligação entre o local e o global e o norte e o sul. Elaborada três anos depois da definição a Plataforma Portuguesa das ONGD, acaba por refletir já os debates internacionais relativos à Educação para o Desenvolvimento em que o foco já não está só centrado no Sul, mas sim nas interdependências globais e no reconhecimento que há “suis no norte, e nortes no sul”.

Segundo a União Europeia:

A educação e a sensibilização para o desenvolvimento contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e atividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e perceções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar

essas disparidades, bem como na participação em ações democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afetam a pobreza e o desenvolvimento sustentável (...) têm por objetivo permitir que todos os cidadãos da Europa disponham em permanência de oportunidades de sensibilização e de compreensão dos problemas relacionados com o desenvolvimento global, bem como da sua pertinência local e pessoal, e possam exercer os seus direitos e assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos de um mundo interdependente e em mutação, influenciando a evolução para um mundo justo e sustentável.

(Consenso Europeu sobre Desenvolvimento, 2007)

A definição de ED incluída no Consenso Europeu sobre Desenvolvimento foi elaborada pelo *European Multistakeholder Steering Group on Development Education* (MSH) transmitindo não só a ideia de ação mas também a perspetiva da ED como um direito dos cidadãos europeus.

Segundo o CONCORD e *DARE Forum*:

Educação para o Desenvolvimento é um processo de aprendizagem ativo, baseado nos valores da solidariedade, igualdade, inclusão e cooperação. Permite que os indivíduos evoluam de uma compreensão básica das prioridades do desenvolvimento internacional e do desenvolvimento humano sustentável, através da compreensão das causas e efeitos dos problemas globais, para um envolvimento pessoal e tomadas de decisão e ação informadas.

A Educação para o Desenvolvimento potencia a participação completa dos cidadãos na erradicação da pobreza a nível mundial e na luta contra a exclusão. Procura influenciar políticas nacionais e internacionais mais justas e sustentáveis a nível económico, social, ambiental, que sejam baseadas nos Direitos Humanos.

(Aprovado em Assembleia Geral do CONCORD em novembro de 2004)

Esta definição do CONCORD / *DARE Forum* coloca o foco da ED na participação e envolvimento ativo dos cidadãos nos problemas globais, incluindo também uma referência aos processos de influência política que podem ser feitos no âmbito da ED, referência essa que está ausente de todas as outras definições apresentadas.

De forma a facilitar o entendimento dos diversos conceitos de ED, principais semelhanças e diferenças, no ano de 2010, no âmbito da realização do relatório *DE Watch*, promovido pelo *European Multistakeholder Steering Group on Development Education* (MSH), que procurou analisar a situação da ED nos vários Estados-membros da União Europeia, Johannes Krause (consultor encarregue de fazer o relatório) procurou criar uma

sistematização dos diferentes significados da ED a nível europeu criando quatro tipos básicos de conceitos de ED que têm focos claramente diferentes. O objetivo foi sistematizar a variedade de conceitos existente tornando mais claros os pontos comuns e as diferenças existentes.

As tipologias foram definidas após a observação dos diversos conceitos de ED existentes nos diferentes países e deve ser referido que são tipos ideais. Uma vez que na verdade, na maioria dos casos o que existe são formas mistas dos tipos referidos.

A tipologia é descrita no quadro abaixo:

	Relações Públicas	Sensibilização	Educação Global	Competências
	Não reconhecido como ED	Reconhecido como ED		
Âmbito Temático	Cooperação para o Desenvolvimento	Temas do Desenvolvimento (mais abrangente)	Interdependência Global; Temas Norte-Sul (Ambientais, Económicos, Sociais e Políticos)	Assuntos Globais e Locais; Ética Social na Sociedade Mundial (Ultrapassa a Perspetiva Norte-Sul)
Objetivo	Obter o apoio do público em geral	Sensibilização	Ação Responsável	Mudança Social; Concretização Pessoal
Abordagem Educativa	“Endoutrinação”	Informação	Sensibilização - Compreensão/ Capacitação – Ação; Participação	Empowerment; Apoio
Pensamento Pedagógico	Comercial	Top-Down	Centrada no ator; Normativa	Construtivista, Sistémica
Público	Objeto das Relações Públicas	Recetor de Informação	Sujeito de um processo de aprendizagem nos quais são dados objetivos normativos; Ativista	(Dinâmico) Sujeito a um processo de aprendizagem auto-organizado no qual os resultados são abertos; Agente da Mudança Social
Contexto	Ajuda Externa	Política do Desenvolvimento	Globalização (recente)	Comunidade Local & Sociedade Mundial

Quadro 1.1 – Tipologia dos Conceitos de ED (Krause, 2010: 7)

Segundo o mesmo estudo, em Portugal, o conceito de Educação para o Desenvolvimento utilizado, inclui-se no tipo Educação Global, sendo que as definições

incluídas na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento são definições do tipo “Educação Global” mas com elementos do tipo “Competências”. (Krause, 2010: p.64)

Relativamente à relação entre a Educação para o Desenvolvimento e as outras “Educações para...” (Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para os Direitos Humanos, Educação para a Paz, Educação para a Cidadania, Educação Intercultural, etc.) existe uma ligação íntima, sendo que muitas vezes alguns atores entendem estas educações como sinónimos, outros mencionam a sobreposição de conceitos reconhecendo no entanto as distinções existentes, e alguns defendem que algumas destas “Educações para...” são subconceitos de outras “Educações” (Krause, 2010: 6).

Na prática, muitos atores utilizam os termos Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global como termos sinónimos, embora se entenda que a Educação para a Cidadania Global é mais abrangente que a Educação para o Desenvolvimento.

Podemos também afirmar que uma das características que distingue a Educação para o Desenvolvimento das outras “Educações para...” é o facto de estar fortemente orientada para a justiça e para as relações norte-sul ou centro-periferia. Noutros casos, a opção de utilizar o termo Educação para o Desenvolvimento, com um significado do tipo Educação para a Cidadania Global prende-se com raízes históricas e institucionais do próprio sistema de ajuda ao desenvolvimento, instituições públicas e ONGD, em que se opta por não alterar o termo utilizado para não perder todo o reconhecimento já conquistado.

Outra das propostas metodológicas utilizadas para clarificar o conceito de Educação para o Desenvolvimento, é da autoria de Manuela Mesa e procura organizar a ED de forma diacrónica, observando a evolução do conceito ao longo dos tempos. É o chamado Modelo das Cinco Gerações da Educação para o Desenvolvimento que tem como ponto de partida o modelo das gerações das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) inicialmente elaborado por David Korten em 1987. Assim, Mesa (2011) estabelece cinco gerações da Educação para o Desenvolvimento, mostrando que não há uma única e exclusiva definição de Educação para o Desenvolvimento e que as variações existentes dependem no sentido dado às palavras desenvolvimento e educação, e ao contexto e altura em que surgem.

Assim, a primeira geração da ED, com início nos anos 40 e 50, é a chamada geração caritativa-assistencialista. Nesta altura têm lugar as primeiras atividades de sensibilização social e de recolha de fundos por parte das ONGD. Estas campanhas recorrem muitas vezes a

imagens negativas e tentam despertar sentimentos de compaixão, apelando à generosidade individual e coletiva. É igualmente nesta altura que surge o apadrinhamento. Mesa (2011a: 123) refere no entanto, que estas atividades não podem ser consideradas estritamente de Educação para o Desenvolvimento devido ao seu alcance limitado, e ao fomento de atitudes paternalistas sem que haja uma mudança de comportamentos no seu dia-a-dia, mas são um importante precedente da mesma. Este modelo parece estar em retrocesso desde os anos 80.

Nos anos 60, acompanhando o processo de independência das colónias europeias e o início da atuação das organizações humanitárias nestes países surge a segunda geração da Educação para o Desenvolvimento, em que se dá o aparecimento efetivo da ED e passa a haver um enfoque nos processos de desenvolvimento, no qual não participam apenas ONG mas também governos, organizações multilaterais e a própria opinião pública (Mesa, 2011a: 125). É nesta altura que surgem iniciativas como a Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a luta pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). É também nesta época que as ONGD começam a desenvolver projetos de desenvolvimento nos países mais carenciados e que relacionado com isso surgem atividades de informação sobre os projetos desenvolvidos e a população beneficiária a acompanhar as atividades de angariação de fundos. Estas atividades permitem à população em geral ter uma visão mais ampla da realidade do sul e contribuiu para dignificar os beneficiários da ajuda e a retirar legitimidade a algumas das imagens de miséria divulgadas nas campanhas de angariação de fundos (Mesa, 2011a: 126), características da primeira geração.

Nos anos 70, fruto da continuação do movimento de descolonização, mas também da Guerra Fria e da Guerra do Vietname, define-se um novo cenário na Educação para o Desenvolvimento, caracterizado desta feita por ter um enfoque mais crítico e uma crescente tomada de consciência sobre a responsabilidade histórica dos Países Desenvolvidos. Datam desta época os movimentos de renovação pedagógica de Paulo Freire, e uma passagem do enfoque das atividades de Educação para o Desenvolvimento de mera informação e recolha de fundos para atividades que promoviam o pensamento crítico sobre as questões do Desenvolvimento. É nesta terceira geração da Educação para o Desenvolvimento – uma Educação para o Desenvolvimento crítica e solidária – que, começa a preocupação com a inclusão das temáticas da ED nos curricula escolares. Em 1974 a UNESCO aprova uma “Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, Cooperação e Paz Internacionais e a Educação relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais” que se torna uma referência para as ONGD em todo o mundo. Na Dinamarca, Bélgica, Reino Unido e França,

as instituições públicas incentivam, nesta altura, a dinamização de atividades de ED na Educação Formal (Mesa, 2011a: 129).

O final dos anos 70 e os anos 80 são marcados pela bipolaridade e pela lógica de confrontação (Mesa, 2011a: 130) sendo que no final dos anos 80, o mundo vive um processo de aceleração histórica dominado pelo multipolaridade surgindo assim novas preocupações e temáticas e a quarta geração da Educação para o Desenvolvimento: A Educação para o Desenvolvimento Humano e Sustentável. Na verdade, é nesta altura que surgem nas Nações Unidas os conceitos de Desenvolvimento Humano e de Desenvolvimento Sustentável que irão ser abordados e integrados nas atividades de Educação para o Desenvolvimento. É igualmente neste período que se produz um processo de confluência da Educação para o Desenvolvimento com a Educação para a Paz. A dimensão de Género, o Comércio Justo, o Racismo e as Migrações passam também a ser abordadas para a ED uma vez que há uma perceção clara da sua relação com o Desenvolvimento. Segundo Mesa (2011a: 134), “a Educação para o Desenvolvimento ampliou a sua agenda para favorecer uma melhor compreensão da interdependência global e as ligações estruturais entre o Norte e o Sul”.

Em meados dos anos 90, há a “perceção clara de que a crise do Desenvolvimento não é só um problema dos Países em Desenvolvimento” (Mesa, 2001a: 134), e o principal desafio passa a ser o processo de globalização e a crescente interdependência entre os diversos países. Este processo permite que a governação global tenha um novo impulso e que passe a existir uma possibilidade crescente dos cidadãos participarem nestes espaços. É neste sentido que a Educação para o Desenvolvimento passa a ser uma Educação para a Cidadania Global, dando azo ao aparecimento da quinta geração da Educação para o Desenvolvimento. Este aparecimento, reflete-se na redefinição dos conteúdos de forma a permitir a compreensão crítica dos fenómenos da globalização mas também no surgimento de novas formas de atuação como por exemplo *lobby*, *advocacy* e campanhas.

De notar que o modelo deve ser entendido como um processo cumulativo, em que o discurso e a prática de Educação para o Desenvolvimento vão evoluindo.

1.3 - Áreas de Intervenção

A Educação para o Desenvolvimento centra-se sobretudo em quatro áreas de intervenção principais: Educação Formal, Educação Não-formal, Sensibilização e *Advocacy*/Influência Política.

Quando nos referimos à ED na Educação Formal, referimo-nos sobretudo às atividades de Educação para o Desenvolvimento desenvolvidas no contexto de sala de aula, ou seja dentro do sistema formal de educação, sendo neste âmbito fundamental a participação e colaboração dos Ministérios da Educação. Na área de Educação Não-Formal incluem-se todas as atividades de Educação para o Desenvolvimento realizadas fora da sala de aula, podendo envolver grupos de jovens, grupos de cariz religioso, organizações de voluntariado, seniores, etc.

Por atividades de Sensibilização, entendem-se todas as campanhas relativas à divulgação e chamadas de atenção para as temáticas da Educação para o Desenvolvimento que poderão ser feitas através de campanhas, assinaturas de petições, e outras atividades. Por último, quando falamos de *Advocacy* e Influência Política, estamos a referir-nos a atividades cujo público-alvo são sobretudo os decisores políticos, governantes, e os chamados “fazedores” de opinião (*opinion makers*).

A atuação nestas diferentes áreas é vista complementarmente, sendo que todas as áreas são entendidas como essenciais para concretizar o objetivo último da ED que é contribuir para a transformação social em prol de um mundo mais justo e sustentável.

1.4 - Contexto Europeu

A nível das Organizações da Sociedade Civil (OSC), desde 1997 que o Comité de Ligação das ONG Europeias (CLONG - *Liaison Committee of NGOs*) e desde 2003 a CONCORD – Confederação Europeia das ONG de Desenvolvimento e Ajuda Humanitária – criada após extinção do CLONG e cuja principal diferença relativamente ao seu antecessor é a inclusão das ONG e Redes Internacionais – luta por um maior reconhecimento da Educação para o Desenvolvimento a nível europeu.

O Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento do CONCORD – denominado desde Maio de 2010 por *Development Education and Awareness Raising Forum (DARE Forum)* – reúne representantes da sociedade civil dos 28 Estados-membros da União Europeia e é um dos principais atores da ED a nível europeu.

Os membros do Fórum são nomeados pelas plataformas nacionais e redes, e reúnem-se duas vezes por ano, normalmente na Primavera e no Outono. O Fórum procura estabelecer estratégias comuns para fortalecer a Educação para o Desenvolvimento na Europa. Em 2003, o Fórum decidiu dar início a um projeto conjunto chamado DEEEP – *Developing Europeans’ Engagement in the Eradication of Global Poverty*.

Segundo os Termos de Referência do *DARE Forum* (2010), os seus objetivos são os seguintes:

- Aumentar a compreensão e pensamento crítico do público europeu sobre as causas da pobreza e desigualdade global e da nossa interdependência global;
- Integrar a Educação para o Desenvolvimento e a sensibilização nas políticas nacionais e europeias relevantes, e nos sistemas de educação formal, não formal e informal;
- Desenvolver atividades de Educação para o Desenvolvimento e sensibilização de uma maneira coerente e coordenada, incluindo a promoção da coerência entre diferentes *stakeholders*, e entre os níveis nacionais e europeus;
- Assegurar que a sociedade civil participa e que as suas perspetivas são tidas em conta em todas as etapas da programação das políticas de desenvolvimento e processos de avaliação, e que há mecanismos estruturados e transparentes para assegurar um diálogo efetivo entre ONG e instituições públicas;
- Aumentar a capacidade dos professores, educadores e formadores em desenvolverem atividades de Educação para o Desenvolvimento e fortalecer a ligação com a Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- Estar atento às relações de género e procurar promover a igualdade entre homens e mulheres;
- Promover o envolvimento dos membros do CONCORD na Educação para o Desenvolvimento;
- Prestar orientações políticas ao Projeto DEEEP – *Developing Europeans' Engagement in the Eradication of Poverty*.

O *DARE Forum* faz assim um intenso trabalho de *advocacy* e de aprofundamento dos temas relativos à Educação para o Desenvolvimento, tentando promover as práticas de Educação para o Desenvolvimento e também a melhoria da qualidade dessas mesmas práticas. Os temas debatidos estão assim relacionados com Educação para o Desenvolvimento, Sensibilização Pública, Campanhas, Cidadania Ativa e Educação Global.

De forma a permitir um melhor funcionamento do *DARE Forum* e para que sejam propostas soluções concretas aos problemas apresentados, o Fórum tem subgrupos de trabalho temáticos: *Advocacy*, Comunicação, Capacitação e Qualidade e Impacto. Estes subgrupos de trabalho dedicam-se a partilhar experiências, escrever dossiers temáticos e a influenciar politicamente as instituições governamentais.

No contexto das organizações internacionais e europeias a história da ED remete-nos a 1974, ano em que a Assembleia Geral da UNESCO aprovou uma resolução na qual se diz que "Educação para o Desenvolvimento é a educação para a compreensão, a paz e a cooperação internacionais e a educação relativa aos direitos do homem e às liberdades fundamentais". Na sequência desta resolução a Comunidade Económica Europeia decidiu que 10% do montante total da Linha B7-6000 de cofinanciamento de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento para ONGD iria passar a ser dedicado à ED, ao mesmo tempo todos os projetos executados nos Países em Desenvolvimento aprovados, seriam obrigados a ter um vertente de ED relacionada com as atividades e /ou país em que a ação se desenrolava.

Em 1984, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa organiza em Lisboa uma conferência dedicada ao tema “Norte-Sul: o papel da Europa” e como resultado é adotada da “Declaração de Lisboa” que “apela aos indivíduos, parlamentos e governos da Europa para não pouparem esforços na construção de um novo sistema internacional, o qual, através de instituições globais mais fortes, ajude a criar um mundo em que todos os cidadãos estão livres da fome e da opressão, e onde todas as crianças tenham oportunidade de escolher o seu próprio destino” (Recomendação 992 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa). Essa mesma Declaração que recomenda a dinamização de uma Campanha Pública que irá ter lugar dois anos mais tarde, em 1988, e que versa sobre as interdependências e solidariedade norte-sul. Esta campanha pública é organizada pelo Conselho da Europa em colaboração com a Comunidade Económica Europeia.

Ainda em 1988, no mês de junho, e no âmbito da Campanha Interdependência e Solidariedade Norte-Sul tem lugar a Conferência Europeia de Parlamentares e Organizações Não-Governamentais, que lançou o “Apelo de Madrid”. O “Apelo de Madrid” iria lançar as raízes para a criação de um diálogo norte-sul que respeita a democracia e a dignidade humana de forma a permitir que os indivíduos por todo o mundo disfrutassem de um Desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

Em 1989, no seguimento de uma proposta do governo português, é adotada a Resolução (89)14 do Conselho de Ministros do Conselho da Europa que estabelece a criação do Centro Norte-Sul.

O Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, sediado em Lisboa, tem como objetivos promover os Direitos Humanos e a democracia através do diálogo intercultural e da educação dos jovens europeus e das regiões vizinhas; promover a cooperação europeia na área da sensibilização para os temas relativos à interdependência global e à solidariedade; promover

políticas de solidariedade e de diálogo entre os países europeus e as regiões vizinhas. De forma a concretizar estes objetivos o Centro Norte-Sul tem como principais atividades a organização de formações (*e-learning* e presenciais) sobre temas da Educação Global, é responsável pela dinamização da rede europeia de educadores que promove anualmente em novembro a “Semana Global da Educação” (*Global Education Week – GEW*) e ainda promove diálogo de alto nível sobre as temáticas de Desenvolvimento no chamado “Fórum de Lisboa”.

Depois de alguma ausência de novas decisões políticas relativas à Educação para o Desenvolvimento, durante a década de 90 do século XX, a primeira década do século XXI traz grandes mudanças no apoio político à Educação para o Desenvolvimento. Em novembro de 2000 é feita uma breve referência à ED na Declaração Conjunta do Conselho Europeu e da Comissão Europeia sobre a Política de Desenvolvimento da UE. No dia 8 de novembro de 2001, o Conselho de Ministros da UE aprova uma resolução sobre a “Educação para o Desenvolvimento e a Sensibilização da Opinião Pública Europeia a favor da Cooperação para o Desenvolvimento” (13323/01DEVGEN 157), resolução essa que reitera a necessidade de promover um maior apoio à Educação para o Desenvolvimento, bem como à política de comunicação a ela ligada, por parte da Comissão e dos Estados-membros, bem como recomenda a manutenção do apoio às iniciativas de Educação para o Desenvolvimento promovidas pelas ONGD. Ainda em 2001, é criado o *GENE – Global Education Network Europe*, rede que reúne ministérios, agências e outras instituições que desenvolvem as políticas nacionais e financiam a Educação Global nos países europeus.

Em 2002, o Congresso de Maastricht conduz a uma das primeiras declarações políticas europeias sobre Educação para o Desenvolvimento. No Congresso, estão presentes governos, sociedade civil, autoridades públicas locais e regionais e parlamentares que concordam com a importância política da Educação para o Desenvolvimento.

A este Congresso, segue-se, em 2003, o Processo de Palermo (que mais tarde iria conduzir à criação do *European Multistakeholder Steering Group on Development Education (MSH)*), e as Conferências de Bruxelas sobre Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização para a Solidariedade Norte-Sul, em 2005, e de Helsínquia sobre Educação para o Desenvolvimento em 2006.

Ainda em 2006, no mês de novembro, e na sequência do anteriormente referido Processo de Palermo, dá-se a criação formal do *European Multistakeholder Steering Group on Development Education (MSH)*. Em 2007 e 2008 as Presidências da Alemanha, Portugal e

Eslovénia, desenvolvem um programa conjunto sobre a política do Desenvolvimento, no âmbito do qual é apresentado em Lisboa, em dezembro de 2007, o documento “Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização” documento de referência a nível europeu e que surge na sequência do Consenso Europeu para o Desenvolvimento, adotado em 2005 pelo Conselho, Comissão e Parlamento Europeu.

Em junho de 2010, é publicado o “DE Watch Study”, o primeiro estudo elaborado a nível europeu que analisa a situação da Educação para o Desenvolvimento nos 27 Estados-membros. Este estudo é promovido pelo *European Multistakeholder Steering Group on Development Education* (MSH) e conta com a colaboração de membros da sociedade civil e organismos públicos dos países em análise.

Em outubro de 2010, e depois de seis anos de existência de uma linha de cofinanciamento, a Comissão Europeia decide promover o “DEAR Study – Estudo sobre a Experiência e Ações dos Principais Atores Ativos no sector da Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização”, que procura fazer uma avaliação das ações de Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização na Europa reunindo contributos de atores estatais e não estatais.

Em agosto de 2011, realiza-se no Parlamento Europeu, pela primeira vez uma Audição sobre Educação para o Desenvolvimento. No seguimento desta audição, é proposta por alguns eurodeputados uma Declaração Escrita do Parlamento Europeu sobre “Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global Ativa”, que após a recolha das assinaturas requeridas acaba por ser adotada em junho 2012.

Em setembro de 2012, o Centro Norte-Sul em colaboração com o CONCORD, GENE e organiza, em Lisboa, uma Conferência Europeia sobre Educação Global, que procura fazer um balanço sobre os 10 anos da Declaração de Maastricht (2002) e delinear um conjunto de recomendações para serem aplicadas nos 3 anos que faltam para 2015, ano em que termina o prazo estabelecido para aplicação das recomendações estabelecidas em Maastricht em 2002.

Ainda em 2012, no mês de dezembro, a Comissão Europeia publica um *Staff Working Paper* sobre Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização que partilha com o Conselho e Parlamento Europeu e que tem também como objetivo contribuir para o novo programa temático para Atores Não Estatais e Autoridades Locais 2014-2020. Neste documento de trabalho é reconhecido claramente pela União Europeia que a Educação para o

Desenvolvimento e Sensibilização é uma “expressão dos valores fundacionais da União Europeia”, contidos no Artigo 2º do Tratado de Lisboa.

Como foi referido anteriormente, a União Europeia apresenta-se como o principal financiador das ações de Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização a nível europeu. Na verdade, depois de durante anos ter dedicado 10% do montante total da Linha B7-6000 de cofinanciamento de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento à ED, a partir de 2004, reconhecendo a crescente importância da Educação para o Desenvolvimento, a Comissão Europeia cria a linha “Cofinanciamento de Organização Não Governamentais para o Desenvolvimento Europeias: Ação para sensibilizar o público para os temas de desenvolvimento na Europa”. Essa mesma linha em 2007 passa a denominar-se "Atores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento: Sensibilização e Educação para o Desenvolvimento na Europa". Como pode ser visto na tabela abaixo, até 2012, foram financiados 405 projetos, num total de 256 000 000 €.

Número de Projetos Financiados por ano pela UE	Atores Não Estatais	Autoridades Locais	Valor total do Financiamento de Projetos (EUR – valor aproximado)	Valor de Financiamento médio (EUR)
2004	41	-	19 000 000€	460 000€
2005	39	-	23 000 000€	590 000€
2006	58	-	30 000 000€	520 000€
2007	37	7	28 000 000€	640 000€
2008-2009	80	15	61 000 000€	640 000€
2010	35	10	32 000 000€	710 000€
2011-2012	72	11	63 000 000€	760 000€

Quadro 1.2 – Número de Projetos de Educação para o Desenvolvimento aprovados pela Comissão Europeia de 2004 a 2012 (European Commission, 2012a)

1.5 - ED em Portugal

A Educação para o Desenvolvimento em Portugal remonta ao tempo do regime ditatorial de Salazar, altura em que revoltados com a situação que se vivia nas colónias portuguesas, grupos de estudantes e de outros indivíduos ligados à igreja católica e protestante fazem ações clandestinas de informação e sensibilização sobre a guerra colonial, procurando assim criar “uma consciência crítica e uma vontade de agir pela justiça e a paz” (CIDAC, 2006). Essa vontade de sensibilizar a população irá persistir mesmo depois da revolução do 25 de abril de 1974, sendo promovidos os direitos de autodeterminação e independência e

mais tarde informando a população sobre a situação política, económica e social daqueles que tinham sido territórios sob domínio português.

Foi apenas com a criação da Plataforma Portuguesa das ONGD em Março de 1985 e com a entrada em 1996 da Plataforma Portuguesa no Grupo de Educação para o Desenvolvimento no CONCORD, que a ED passa a ser vista como algo mais do que sensibilização e informação. Assim, em 1998, na primeira legislação portuguesa relativa às Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e seu funcionamento (Lei 66/98), a Educação para o Desenvolvimento é reconhecida oficialmente como uma das áreas típicas de atuação das ONGD, e em 2001, um grupo de organizações-membro da Plataforma Portuguesa das ONGD criam o primeiro Grupo de Trabalho especificamente dedicado ao tema.

Desde essa altura, que Portugal passa a ter um trabalho mais dedicado e profissional na área. O Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD irá organizar durante 4 anos (2001 a 2004) uma Escola Nacional de Educação para o Desenvolvimento que tem como objetivo capacitar os técnicos das ONGD e fomentar o debate acerca das temáticas, sendo que é precisamente nesse espaço que será criado o conceito de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD. Também em novembro de 2003, Portugal recebeu a Escola Europeia de ED, uma iniciativa do DEEEP.

Fruto também dessa evolução é a integração do país nos principais grupos de trabalho de Educação para o Desenvolvimento europeus, tais como a *Global Education Network Europe* (GENE) em 2002 com a entrada da ONGD CIDAC, e em 2004 com a entrada do governo português nessa mesma Rede.

Em 2005, o estado português, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), atual Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), lança a primeira linha de cofinanciamento a projetos de ED promovidos por ONGD. A linha, aberta anualmente, é um dos mecanismos principais de financiamento de projetos de ONGD especificamente dedicados à ED ajudando a fortalecer as atividades no setor.

Na Figura 1.1, pode analisar-se a evolução dos montantes aplicados na linha de financiamento de 2005 a 2013, montantes esses que perfazem um total de 4.556.990,38 € que foram aplicados em 105 projetos executados por 23 ONGD.

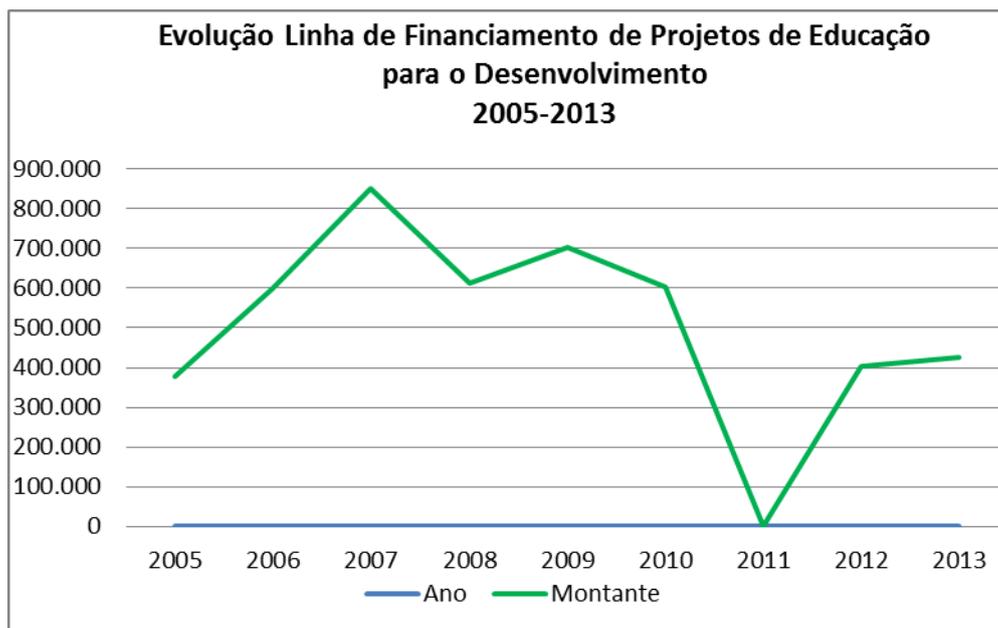


Figura 1.1 – *Evolução Linha de Financiamento de Projetos de Educação para o Desenvolvimento (Dados retirados do site do Camões, ICL, 2013).*

É também no ano de 2005, que no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, o governo português reconhece a ED como uma das prioridades da política nacional de cooperação.

Em maio de 2008, e depois de dois anos de intercâmbio com a Áustria no âmbito de uma iniciativa da GENE (2006-2008), o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, lança oficialmente o processo de elaboração de uma “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento” (ENED). Esse processo é altamente participativo, envolvendo de igual forma organizações da sociedade civil e instituições públicas, que participam em fevereiro de 2009 num Workshop de Definição Conceptual, em março num Exercício de Sistematização de Experiências e de abril a junho do mesmo ano na fase de consulta pública. Este processo participativo irá culminar, em novembro de 2009, na publicação em Diário da República de um despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e do Secretário de Estado de Educação que aprova oficialmente a ENED que deveria vigorar de 2010 a 2015.

Em abril de 2010 é assinado um protocolo de colaboração da ENED, onde entidades públicas e privadas subscreveram o Plano de Ação da ENED.

No âmbito da ENED, as Primeiras Jornadas de Educação para o Desenvolvimento dedicadas ao tema da “Sensibilização e Influência Política” têm lugar em novembro de 2010,

sendo que as Segundas Jornadas sob o tema “A Educação para o Desenvolvimento nas Escolas” só têm lugar em janeiro de 2012. As Terceiras Jornadas de ED têm já lugar em maio de 2013, sendo subordinadas ao tema “A Educação para o Desenvolvimento e as outras Educações Para...”.

De notar que também em 2013, mais especificamente no mês de fevereiro dá-se início à *Peer Review* do GENE, processo que só estará concluído no início do próximo ano. Também em março de 2013 é lançado o primeiro Relatório de Acompanhamento da ENED (2010-2011).

Capítulo II - A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

2.1 - Introdução e Nota Metodológica

Neste segundo capítulo começaremos por descrever o contexto que motivou o início da elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento², as quatro fases do seu desenvolvimento, a sua estrutura e por último iremos fazer algumas referências ao modo como está a ser executada.

Pensámos ser importante incluir esta descrição do processo para que seja possível, a quem nos lê, compreender um pouco da complexidade do processo e o porquê da opção por um processo participativo para elaboração do documento.

Uma vez que este é um primeiro exercício de sistematização detalhada de todo o processo de elaboração da ENED, muita da informação contida neste capítulo acaba por ser fruto do nosso próprio envolvimento do processo de elaboração da ENED enquanto representante da Plataforma Portuguesa das ONGD, sendo que, no entanto, procurámos apoiar-nos nalguma documentação existente, elaborada na sua maioria por outros membros da Comissão de Acompanhamento da ENED, e também no próprio documento da Estratégia.

2.2 - Contexto

Tal como foi referido no capítulo anterior, desde meados dos anos 60 que está documentada a existência de atividades de ED em Portugal. Assim, ao nível da sociedade civil, é já longa a experiência e tradição de implementação de atividades de Educação para o Desenvolvimento, sendo as escolas, embora não de forma sistematizada, um dos palcos de execução dessas atividades.

Também o estado português assumiu vários compromissos nas diversas instâncias a nível internacional: ao nível do Conselho da Europa, o governo português está representado no Congresso de Maastricht em 2002, e no ano seguinte, em 2003, no Processo de Palermo que conduz à criação do *European Multistakeholder Steering Group on Development Education* (MSH) em novembro de 2006; no quadro da União Europeia, Portugal participa na

² Ver Anexo A

aprovação da Resolução 13323/01DEVGEN 157 sobre a “Educação para o Desenvolvimento e a Sensibilização da Opinião Pública Europeia a favor da Cooperação para o Desenvolvimento”, e foi no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, no segundo semestre de 2007, que é apresentado o documento “Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização” documento de referência a nível europeu para o sector; já no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico), e sendo Portugal um dos Estados-membros do CAD (Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE) é alvo de várias revisões entre pares (*Peer Reviews*), nomeadamente em 2001 e 2006, que recomendam fortemente a existência de uma aposta mais forte na Educação para o Desenvolvimento, alertando sobretudo para a importância de não confundir as ações de Educação para o Desenvolvimento com as ações de comunicação da própria Cooperação Portuguesa.

A nível nacional, é no ano de 2005, que no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, o governo português reconhece que “Aumentar o apoio a ações de Educação para o Desenvolvimento em Portugal e no quadro da UE, criando conhecimento e sensibilizando a opinião pública portuguesa para as temáticas da cooperação internacional” (MNE, 2006: 25) o que torna a ED numa das prioridades da política nacional de cooperação.

Assim, segundo Guimarães e Santos (2011: 19), “Todos estes fatores criaram uma necessidade de adotar um enquadramento sólido para todos os esforços que tinham sido desenvolvidos em Portugal nesta área durante muitos anos.”

2.3 - A ENED: um processo de elaboração em quatro fases:

No processo de elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), podem ser identificadas quatro fases distintas: uma fase preparatória, uma fase de definição estratégica, uma fase de consulta pública e uma última fase de adoção da estratégia e elaboração do Plano de Ação (ENED, 2009: 6-8).

2.3.1 - Fase Preparatória

A Fase Preparatória foi fundamental para se definir o caminho a percorrer e perceber onde se queria chegar e consistiu em dois momentos fundamentais: o Intercâmbio Áustria-Portugal no âmbito do GENE (que pela sua importância irá ser descrito em pormenor seguidamente); e num conjunto de reuniões bilaterais com alguns atores que foram identificados como sendo essencial envolver no processo de elaboração da ENED.

2.3.1.1 - O Intercâmbio Áustria-Portugal

Um dos momentos e impulsos essenciais para a construção da ENED acaba por ser a participação de Portugal na *Global Education Network Europe* (GENE), rede europeia que reúne ministérios, agências e outras instituições que desenvolvem as políticas nacionais e financiam a Educação Global nos países europeus.

No âmbito desta rede, de 2006 a 2008, Portugal e a Áustria envolvem-se num intercâmbio entre decisores políticos e técnicos de instituições governamentais e da sociedade civil ativas na área da Educação para o Desenvolvimento.

Na verdade, desde 2002 que o estado austríaco estava envolvido na preparação e construção de uma estratégia nacional para a educação global, através de um grupo chave que reunia atores da sociedade civil, governo e universidades. Tendo uma população e área geográfica aproximada e sendo ambos os países membros do GENE desde a sua criação, em 2001, os dois países juntam-se neste intercâmbio cujo objetivo principal consiste “na melhoria quantitativa e qualitativa da ED nos dois países”, envolvendo “a partilha de conhecimentos e de resultados de aprendizagem; sistematizar os debates e as questões atuais, desenvolver reflexão crítica sobre assuntos e preocupações comuns e identificar possíveis linhas de trabalho, recursos e oportunidades de cooperação a nível nacional e internacional.” (Hartmeyer, 2008: 12).

No início do processo as partes envolvidas decidem que o formato deste intercâmbio envolveria três fases: a primeira teria lugar em Lisboa de 6 a 8 de novembro de 2006; a segunda teria lugar em Viena de 16 a 18 de abril de 2007, e a terceira teria lugar em Lisboa dias 9 e 10 de maio de 2008. Para além de contar com a partilha de experiências entre Áustria e Portugal, as experiências da Irlanda e da Finlândia serão também tidas em conta ao longo do intercâmbio.

Ao longo das três fases do intercâmbio torna-se possível aos participantes acordarem nos conceitos base em causa, definir os grupos-alvo privilegiados em ED, apresentarem as estratégias existentes e respetivos processos de elaboração, tomar conhecimento e debater boas práticas em ED, perceber os currículos escolares nos diferentes países participantes, visitar o Ministério da Educação Austríaco e as Organizações da Sociedade Civil que trabalhavam em ED e visitar as estruturas físicas das agências de desenvolvimento.

Este intercâmbio é tão decisivo para a elaboração da ENED, que é precisamente no decorrer da última mesa redonda do intercâmbio em Lisboa, que o Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português à época, Prof. João Gomes Cravinho,

“anunciou a intenção e vontade do governo lançar, a curto prazo, o processo de construção de uma estratégia nacional de Educação para o Desenvolvimento em Portugal” (Hartmeyer, 2008: 20).

Como resultados concretos das três mesas redondas, as organizações participantes identificaram “a capacitação; a cooperação entre organizações estatais e organizações da sociedade civil; o ímpeto internacional para o desenvolvimento de uma estratégia nacional” (Hartmeyer, 2008: 23).

No final do processo são ainda identificados os seguintes pontos de aprendizagem, que se tornarão determinantes para o processo de elaboração da ENED:

1. É necessário tempo, e a persistência ajuda;
2. Conhecimento comparativo respira sucesso;
3. A aprendizagem a partir da partilha de experiências concretas: conhecimento conceptual, tático, estratégico, político e prático, é necessário;
4. O diálogo internacional pode levar ao apoio político a nível nacional;
5. Não há uma fórmula única para desenvolver uma estratégia nacional, nem uma abordagem “*one size fits all*” para as estratégias nacionais;
6. Uma estratégia nacional pode possibilitar continuidade em tempos de mudança e um enquadramento para o diálogo internacional pode auxiliar o seu desenvolvimento.

(Hartmeyer, 2008: 25-26)

2.3.2 - Fase de Definição Estratégica

A segunda fase consiste numa Fase de Definição Estratégica em que, em linha com os princípios de ED, e desde o arranque do processo de elaboração da estratégia, o IPAD (atual CICL) - organismo sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros - toma uma escolha decisiva: a de este processo ser um processo participativo. Esta escolha foi tomada sobretudo de forma a garantir que a Estratégia iria ser mais do que um mero documento - em vários países europeus existiam estratégias que nunca tinha tido aplicação prática - e que iria ser largamente apropriada por todos os atores relacionados com a ED. Só ao ter uma estratégia inclusiva e não exclusiva, iria ser possível atingir resultados tangíveis que certamente teriam impacto no longo termo.

Assim,

o Estado assumiu a iniciativa, que nasceu de aprendizagens realizadas no quadro do GENE – *Global Education Network Europe*, confrontadas com o conhecimento e a reflexão sobre a realidade do país, e convocou para a sua concretização atores da

sociedade civil e de instituições públicas com experiência na prática da ED e de outras propostas educativas baseadas em princípios semelhantes.

(CIDAC, 2010: 2)

Definem-se como objetivos do processo:

- Construir uma estratégia para 5 anos (2010-2015) com mecanismos de acompanhamento e avaliação claros e com a possibilidade de haver uma revisão a meio-termo;
- Envolver o máximo possível de organizações com experiência em ED, com o objetivo claro de permitir a apropriação da Estratégia por parte destas organizações e a incorporação da Estratégia na sua planificação anual;
- Reforçar os mecanismos de cooperação interinstitucional entre os atores de ED, e coordenar a ED com as outras “Educações para...”, no que diz respeito aos conteúdos, metodologias e a promoção dos valores a elas relacionados.

Na fase de arranque, e ao começar a determinar um calendário para o processo de elaboração, são desde logo identificados alguns desafios e constrangimentos que, de forma a não ter um impacto negativo na aprovação da estratégia, têm de ser tidos em conta: 2009, seria ano de eleições legislativas que poderiam resultar numa mudança de governo, essa mudança, caso se concretizasse, muito provavelmente significaria uma diminuição do apoio à Educação para o Desenvolvimento a nível nacional. Então, “como gerir a tensão existente entre ter ao mesmo tempo um prazo de concretização curto (cerca de 15 meses) e um compromisso real e efetivo com a participação e envolvimento de vários atores?” (CIDAC, 2010: 1).

O segundo desafio identificado relaciona-se exatamente com a identificação dos atores relevantes, os processos de interação e de decisão entre todos esses atores, e a forma de “vincular institucionalmente cada um dos atores ao projeto comum.” (CIDAC, 2010: 1)

De forma a responder a estes desafios são então tomadas quatro decisões principais:

1. São definidos 3 níveis de participação diferentes (ver Figura 2.1);
 - Um primeiro grupo estratégico, chamado nesta fase de Grupo de Trabalho 1 (GT1), coordenado pelo IPAD (atual CICL), e que inclui o Ministério da Educação, a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC (uma das organizações mais importantes a nível nacional na promoção da ED, que participou no processo em representação do GENE, rede de qual é membro), e cuja tarefa principal é a de mobilizar

os principais atores em ED, planificar e dar seguimento às reuniões do Grupo de Trabalho 2 da Estratégia, delinear a estrutura dos principais documentos a serem produzidos, discutir e estabelecer os objetivos e medidas da Estratégia, sendo assim responsável por toda a dinâmica do processo;

- Um segundo grupo mais alargado com 15 elementos (ver Figura 2.1), denominado de Grupo de Trabalho 2 (GT2), de natureza consultiva mas também sendo reconhecido como tendo poder de influência e capacidade de participação no processo, composto por representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil (plataformas representativas) relevantes devido ao seu foco temático (Educação para o Desenvolvimento, paz, ambiente, multiculturalidade e género) ou ao público com quem trabalham (jovens, professores, etc...);
- E um terceiro grupo constituído por organizações que também desenvolvem atividades relacionadas com ED (ONGD, Institutos Politécnicos, ONGA, etc.)

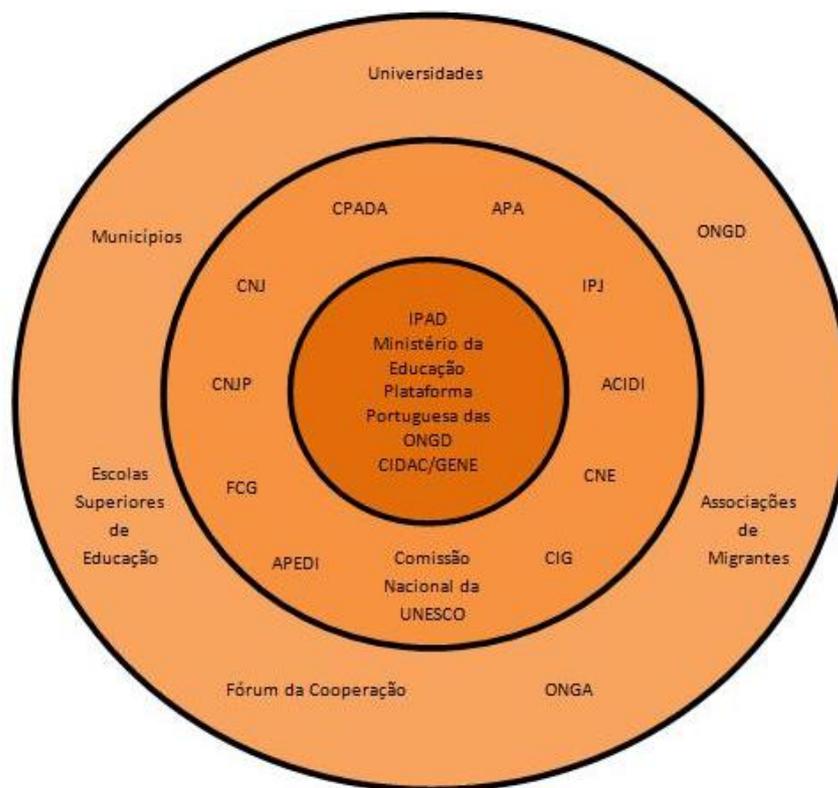


Figura 2.1 – Níveis de Participação dos Stakeholders na ENED à data do processo de elaboração da Estratégia

2. Decide-se que a Estratégia Nacional para Educação para o Desenvolvimento seria composta por dois documentos separados: um com o enquadramento (documento da Estratégia Nacional) e outro sobre a implementação (Plano de Ação), que deveriam ser elaborados em dois estádios diferentes (antes e depois das eleições legislativas);
3. É definido um calendário rigoroso mas que permitiu ter flexibilidade suficiente de forma a incorporar as dinâmicas geradas pelo próprio Processo;
4. A tarefa de escrever o documento estratégico é atribuída a uma equipa redatora externa (da Universidade de Coimbra), que acompanha as iniciativas planeadas, produz resumos dos momentos de debate que têm lugar (Oficina de Definição Conceptual e Exercício de Sistematização de Experiências) e produz várias versões do documento que incorporaram os resultados dos diversos contributos e dos debates dentro do grupo estratégico.

Nesta Fase de Definição Estratégica decorrem assim várias reuniões de trabalho do Grupo de Trabalho 1, momentos de trabalho conjunto entre o Grupo de Trabalho 1 e o Grupo de Trabalho 2, o GENE cria um documento resumo de todas as iniciativas que tiveram lugar a nível europeu, e realiza-se uma Oficina de Definição Conceptual e um Exercício de Sistematização de Experiências que envolvem várias organizações com experiência em Educação para o Desenvolvimento (os dois exercícios irão ser alvo de uma explicação mais detalhada no Capítulo 3).

Nesta fase, e com base nas várias consultas aos atores envolvidos, foram delineados os seguintes objetivos para a futura estratégia:

- Fortalecer os mecanismos de cooperação interinstitucional entre atores de ED, e coordenar a ED com as outras “Educações para..”, no que diz respeito aos conteúdos, metodologias e a promoção dos valores relacionados;
- Desenvolver mecanismos que permitam uma verdadeira apropriação da ED;
- Integrar as perspetivas do sul no processo de ED, contribuindo assim para contradizer a retirada da sua forte e interventiva marca política, e combinar a necessidade da amplitude conceptual e abertura com a fidelidade os objetivos de ED;
- Ajustar claramente e permanentemente as metodologias da ED e os conteúdos, independentemente de todas as práticas que são contrárias aos valores e objetivos fundamentais da ED;

- Integrar os diferentes instrumentos de implementação e impacto, de forma a ultrapassar o *deficit* de avaliação existente a nível das iniciativas de ED em Portugal.

2.3.3 - Fase de Consulta Pública

Todas as decisões tomadas tanto na Fase Preparatória como na Fase de Definição Estratégica permitiram reforçar a vertente participativa do processo, possibilitando a existência de uma Fase de Consulta Pública em que uma grande variedade de atores pôde dar contributos e sugestões para uma melhoria do documento que estava a ser elaborado.

É nesta Fase que é realizada uma apresentação da primeira versão do documento ao Fórum da Cooperação (órgão que reúne os principais atores na área da cooperação entre sociedade civil, empresas e institutos públicos), que o Grupo de Trabalho de ED da Plataforma Portuguesa das ONGD dedica uma reunião à discussão da primeira versão do documento, que é pedido um parecer ao Conselho Nacional de Educação sobre o documento e que há uma apresentação pública da Estratégia aberta a todas as ONGD registadas no IPAD. De notar que é também nesta Fase que se realizou um encontro com as Escolas Superiores de Educação (ESE) para apresentar o documento.

2.3.4 - Fase de Adoção da Estratégia e do Plano de Ação

Depois de incorporadas todas as sugestões dos vários atores consultados, no dia 11 de setembro de 2009 dá-se a assinatura do despacho conjunto do Secretário de Estado Negócios Estrangeiros e Cooperação e do Secretário de Estado da Educação e a consequente publicação da ENED em Diário da República (Diário da República, 2.^a série — N.º 230 — 26 de novembro de 2009).

No último trimestre de 2010, o documento é também alvo de apresentação pública na 3.^a edição dos Dias do Desenvolvimento (evento anual organizado pelo IPAD que procurava divulgar em Portugal o trabalho feito na área do Desenvolvimento e Cooperação – teve quatro edições – 2008, 2009, 2010 e 2011). Nesse mesmo evento, em reconhecimento pelo empenho das instituições públicas e da sociedade civil que trabalharam juntas em parceria para terem um abordagem comum, dá-se também a assinatura do Protocolo de Colaboração entre as instituições envolvidas. Este Protocolo é também uma forma de formalizar o envolvimento das instituições procurando de alguma forma vincular a sua participação e assegurar que estariam comprometidas na implementação e execução do Plano de Ação da ENED, anexo ao Protocolo.

Paralelamente, de janeiro a março de 2010, o GT1 trabalhou no documento do Plano de Ação³ que é mais tarde discutido com o GT2 e que contém tipologias de atividade (TA) que pretendem criar um enquadramento para atividades específicas que podem ser organizadas e incluídas por todas as organizações envolvidas no processo. O Plano de Ação é tido pela Comissão de Acompanhamento como “essencial para atingir os objetivos da ENED e para uma implementação eficiente e eficaz da sua abordagem” (Guimarães e Santos, 2011: 22).

O Plano de Ação define uma série de prioridades para serem alcançadas até 2015 com atividades correspondentes que estão a ser implementadas através de Planos de Ação anuais, nos quais as organizações podem inserir atividades que considerem estarem em linha com os objetivos e metodologias definidas pelo documento da Estratégia. Todas as organizações envolvidas deverão alimentar a Estratégia com as atividades e propostas que serão implementadas até 2015, sendo que está previsto um mecanismo de revisão intermédio que irá avaliar se os objetivos definidos estão ou não a ser cumpridos.

(Guimarães e Santos, 2011: 22)

Mas a adoção oficial da Estratégia e do Plano de Ação não significaram o final do processo, mas sim o início de uma nova etapa que abriu a porta a novos desafios. A grande questão seria se os atores que estiveram envolvidos no processo de elaboração iriam ou não manter o seu interesse e contribuir também para a execução da ENED.

2.4 - A Estratégia: Estrutura e Conteúdo

Com base nas discussões no âmbito do GENE e nos vários *inputs* dos vários atores envolvidos na elaboração da Estratégia, bem como tendo em conta vários documentos produzidos no âmbito internacional, nomeadamente outras estratégias de ED, o GT1 juntamente com a equipa relatora definiu a seguinte estrutura para o documento da ENED:

Introdução

1. Metodologia e processo de elaboração
2. Enquadramento institucional
 - 2.1. Enquadramento internacional
 - 2.2. Enquadramento nacional
3. Definir a Educação para o Desenvolvimento
 - 3.1. Enquadramento histórico-conceptual

³ Ver Anexo B

- 3.2. Definições de ED
- 3.3. Situando a ED no quadro das “Educações para”
- 3.4. Formas de intervenção e âmbitos educativos
- 4. Princípios, objetivos e áreas de intervenção
 - 4.1. Princípios
 - 4.2. Objetivos
 - 4.2.1. Objetivo geral
 - 4.2.2. Objetivos específicos
 - 4.3. Áreas de intervenção
 - 4.3.1. Capacitação e diálogo institucional
 - 4.3.2. Educação formal
 - 4.3.3. Educação não formal
 - 4.3.4. Sensibilização e influência política
- 5. Acompanhamento e avaliação
 - 5.1. Acompanhamento e Avaliação da Estratégia

ENED, 2009: 2

O documento começa assim com uma introdução ao Processo, seguindo-se uma explicação da metodologia utilizada e do processo de elaboração do documento. Neste capítulo, apresentam-se também de forma detalhada os atores envolvidos e as fases do processo incluindo os exercícios de consulta que serviram de base à elaboração do documento.

No segundo capítulo, e uma vez que não havia em Portugal nenhum documento que contivesse uma descrição do enquadramento institucional da ED a nível nacional, nem a nível europeu, e que tal enquadramento se mostrou essencial para a elaboração do documento e até para a existência da própria ENED, é apresentado o enquadramento institucional, apresentando-se um pouco da história da ED a nível internacional e nacional. É de salientar que este capítulo é muitas vezes visto como uma das mais-valias da ENED, uma vez que continua a ser o único documento em língua portuguesa que faz uma resenha histórica do caminho que nos levou até hoje, no que à ED diz respeito.

Depois de explicado o processo, opções metodológicas e o contexto institucional, o terceiro capítulo dedica-se à definição da Educação para o Desenvolvimento. Porém, uma vez que tal como foi demonstrado no Capítulo 1, não há uma única definição de ED, o GT1 e a Equipa Relatora, com base tanto na Oficina de Definição Conceptual como no Exercício de Sistematização de Experiência, salientam no início do capítulo que neste contexto,

(...) definir a ED significa:

- Situar a ED histórica e conceptualmente, atentando à sua relação com a evolução das noções de desenvolvimento e de educação;
- Avançar com algumas das definições consensualizadas e com as quais trabalham os atores da ED em Portugal;
- Situar a ED no contexto mais amplo de “Educações para...” a transformação social;
- Delimitar as suas formas de operacionalização, para evitar que seja confundida com iniciativas levadas a cabo fora do seu campo de ação;
- Identificar os atores da ED e as suas funções.

(ENED, 2009: 15-16)

Na verdade, a opção de não criar um conceito único para ser incluído na ENED, vinha já sendo delineada desde a Primeira Mesa-Redonda do Intercâmbio Portugal-Áustria em que no âmbito da discussão conceptual os participantes concluíram que “o mais importante não é definir um único conceito, nem uma única formulação de cada conceito, mas compreender, identificar e partilhar o núcleo de ideias fundamentais que lhes dão corpo.” (ENED, 2009: 20)

Desta forma, no documento da ENED, são indicadas três definições já existentes para serem consideradas como ponto de partida: a definição da Plataforma Portuguesa das ONGD elaborada na Escola de Outono de ED 2002; a definição contida no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”; e a definição contida no documento “Consenso Europeu sobre Desenvolvimento”. Partindo dessas definições são então identificados pontos comuns que levam a alguma delimitação do que é o conceito de ED:

- A sua definição geral: a ED é definida como processo de aprendizagem (dimensão pedagógica).
- Os princípios que norteiam o pensamento e a ação: solidariedade, equidade, justiça, inclusão (dimensão ética).
- O objetivo mobilizador: a ED é vocacionada para a transformação social, assente numa autorreflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas (dimensão política).

(ENED, 2009: 20-21)

Num momento seguinte, o documento situa a Educação para o Desenvolvimento no âmbito das outras “Educações para...”. Esta análise, que resulta em grande parte do Workshop de Definição Conceptual, é também uma forma de incluir no processo da ENED

vários atores que apesar de atuarem em áreas relacionadas com a ED, até ao momento da elaboração da Estratégia não se identificava com a Educação para o Desenvolvimento.

Depois de analisar os aspetos comuns e os aspetos distintivos entre a ED e as outras “Educações para...”, o documento identifica as formas de intervenção alertando para algumas ações que tendencialmente são identificadas como ED mas que não o são. Tais ações são: a Cooperação; a informação institucional; a autopromoção do trabalho das organizações, através da publicidade; a angariação de fundos; e a transmissão de mensagens simplistas eticamente questionáveis. Esta definição do que a ED não é, apresenta-se muito importante porque define algumas balizas que acabam por ser mais claras do que a referência específica ao que é a ED.

Ainda neste terceiro capítulo são referidos os âmbitos educativos de intervenção e os principais atores envolvidos em processos de ED.

No quarto capítulo, é incluída informação relativa à Estratégia propriamente dita, sendo que é nesse capítulo que são apresentados os Princípios, Objetivos e Medidas da Estratégia.

Pretendendo a Estratégia “alimentar o desenvolvimento de um quadro de referência e de ações de qualidade em ED” (ENED, 2009: 33), acredita-se que “as ações de ED devem estar comprometidas com a transformação social e o aprofundamento da cidadania global”. Assim e para que essa transformação social seja “no sentido de atingir mais justiça social e mais equidade entre pessoas, entre povos, entre regiões e países” (ENED, 2009: 33), são identificados como Princípios da ENED os seguintes Princípios: Equidade, Justiça Social, Solidariedade, Cooperação, Coresponsabilidade, Participação e Coerência. Todos eles princípios e valores defendidos pela própria ED.

Segue-se de seguida a apresentação, dos Objetivos Geral e Específicos e das medidas correspondentes.

Assim, é apresentado como Objetivo Geral da ENED:

Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a ação orientada para a transformação social.

(ENED, 2009: 36)

No que diz respeito aos Objetivos Específicos da ENED, todos eles estão relacionados com uma área de intervenção específica e são correspondidos por medidas concretas a serem

concretizadas no espaço temporal 2010-2015. As Áreas de Intervenção, Objetivos Específicos e Medidas correspondentes são apresentados no Quadro 2.1:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS
<p>CAPACITAÇÃO E DIÁLOGO INSTITUCIONAL</p>	<p>1. Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.</p>	1.1 Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.
		1.2 Criação de espaços e de condições para o aprofundamento conceptual, temático e metodológico da ED.
		1.3 Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.
		1.4 Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.
		1.5 Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.
		1.6 Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.
		1.7 Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.
<p>EDUCAÇÃO FORMAL</p>	<p>2. Promover a consolidação da ED na educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando o envolvimento das comunidades educativas.</p>	2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.
		2.2 Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.
		2.3 Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação, ensino e formação e as entidades públicas e privadas que intervêm em ED.
		2.4 Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.
		2.5 Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.
		2.6 Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.
<p>EDUCAÇÃO NÃO FORMAL</p>	<p>3. Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando o envolvimento de grupos diversos da sociedade portuguesa.</p>	3.1 Promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.
		3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

		3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.
		3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.
		3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal.
SENSIBILIZAÇÃO E INFLUÊNCIA POLÍTICA	4. Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores	4.1. Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.
		4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.
		4.3. Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os <i>media</i> , sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, <i>wikis</i> e redes sociais).
		4.4. Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.
		4.5. Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.
		4.6. Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.
		4.7. Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de <i>media</i> e jornalistas.
		4.8. Promoção da participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

Quadro 2.1 – Áreas de Intervenção, Objetivos Específicos e Medidas da ENED

É de salientar que os objetivos específicos e medidas definidas para esta estratégia surgem das várias consultas feitas com os vários atores envolvidos no processo de elaboração. No entanto, foi desde sempre assumido pelo GT1 que, com esta lista, não se procura um exercício exaustivo de listagem de objetivos e medidas, mas que se procura sim, identificar objetivos e medidas que sejam prioritários para serem concretizados num espaço temporal de cinco anos (2010-2015).

O último capítulo da Estratégia é dedicado ao acompanhamento e avaliação da ENED, dando algumas pistas de como será feito o acompanhamento da implementação da mesma e prevendo a possível realização de uma avaliação de meio-termo e de uma avaliação final,

sendo que é referida já a possibilidade da avaliação de meio-termo estar relacionada com um processo de *Peer Review* (revisão entre pares) do GENE.

O documento de Plano de Ação da Estratégia foi redigido num segundo momento, pós eleições legislativas e da publicação da ENED em Diário da República. O Plano de Ação foi feito em conjunto pelo GT1 e pelo GT2 e detalha o que se pretende com cada medida da ENED e estabelece metas quantitativas para que seja possível fazer uma monitorização do seu sucesso.

Assim, o documento centra-se nos quatro objetivos específicos, sendo que para cada medida de um dos objetivos, cria Tipologias de Atividade (TA) específicas (57) e para cada Tipologia de Atividade estabelece metas concretas a serem atingidas (ver exemplo no Quadro 2.2).

Objetivo Específico 4 – Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.	
Medida 4.1 – Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.	
Tipologias de Atividades	Metas
TA 4.1.1 – Campanhas de Sensibilização sobre Temáticas de ED.	5 campanhas concebidas, executadas e avaliadas.
TA 4.1.2 – Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e partilha de aprendizagens a partir de campanhas.	Metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagem desenvolvidos.
TA 4.1.3 – Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens.	Metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens aplicados a 3 campanhas.

Quadro 2.2 – Exemplo de Tipologia de Atividade e Meta para uma Medida da ENED

A esta listagem de TA e metas para cada um dos objetivos específicos, acrescentou-se ainda um ponto cinco dedicado a “Atividades de dinamização da ENED” e um ponto seis dedicado à “Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED”.

As “Atividades de dinamização da ENED” são atividades gerais que procurar “contribuir para o conjunto dos Objetivos da ENED, juntando atores, promovendo a troca de experiências, aprofundando a reflexão e demonstrando e cimentando o caminho percorrido e identificar o caminho a percorrer” (CAENED, 2010: 14). Estas atividades são as Jornadas de ED e o Fórum ED, que se pretende que sejam atividades anuais. As Jornadas deverão ser dedicadas ao “aprofundamento de uma questão conceptual, temática ou metodológica”

(CAENED, 2010: 14), e o Fórum ED deverá “proporcionar o encontro, a troca de experiências, as reflexões e o debate entre os atores da ED” (CAENED, 2010: 15).

2.5 - Execução da Estratégia

Depois da Estratégia e respetivo Plano de Ação estarem redigidos e aprovados, a questão de como fazer o acompanhamento da sua execução impunha-se.

Como manter a dinâmica criada e o entusiasmo pela existência pela primeira vez de um enquadramento político para a Educação para o Desenvolvimento?

Juntamente como o Departamento de Avaliação do IPAD (atual CICL), a Comissão de Acompanhamento da ENED (antigo GT1) desenvolveu o “Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação”, feito à medida da estratégia:

- Foram desenvolvidos indicadores para cada uma das medidas e objetivos específicos;
- Pensou-se na possibilidade de aplicar um questionário de *baseline*;
- Foi criada uma ferramenta para reunir informação depois de cada atividade ser desenvolvida;
- Planeou-se a existência da *Peer Review* GENE que iria alimentar a Avaliação de Meio-Termo;
- Planeou-se uma Avaliação Final.

Este “Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação”, validado no final de 2010, significava no entanto um exercício demasiado exigente para ficar a cargo da Comissão de Acompanhamento, Comissão essa composta por organizações que não poderiam dedicar mais recursos humanos específicos à aplicação do dispositivo, nomeadamente à recolha e análise de dados para Planificação e elaboração de Relatórios anuais.

Verificando-se como este exercício era exigente, se o queríamos utilizar enquanto instrumento de aprendizagem e como base para um trabalho colaborativo entre os diferentes atores, em 2011 foi assinado um protocolo com uma escola do ensino superior com o objetivo principal desta passar a assegurar o acompanhamento técnico dos ciclos anuais da programação e avaliação e de colaborar nas fases de avaliação intermédia e final da ENED.

(Pereira, 2013: 2)

Assim, em 2011, é assinado um protocolo entre o IPAD e a Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, ficando esta instituição encarregue de contactar as

organizações envolvidas em atividades de ED e recolher os dados para as planificações e relatórios anuais. Esta recolha de informação é essencial para que seja possível monitorizar e avaliar a execução da ENED.

Assim, todos os anos há um momento de planificação para o ano seguinte (outubro/novembro) e um momento de envio de dados para serem incluídos no relatório anual (fevereiro/março). Atualmente, a recolha de informações é feita através do envio de um questionário *online* onde as organizações envolvidas nos Grupos de Trabalho, mas também as ESE e as ONGD, inscrevem as atividades que planeiam realizar, ou que realizaram, indicando qual o objetivo específico, medida e tipologia de atividade estão a trabalhar, ou trabalharam. Tal exercício é essencial para que seja feita uma verdadeira monitorização do impacto da ENED e do seu sucesso.

É no entanto de notar que até ao momento não está a ser feita nenhuma avaliação da qualidade das ações que estão inscritas, havendo até situações em que se poderia questionar se a atividade inscrita é ou não é ED. Contudo, e uma vez que este é um processo pioneiro na Europa “é de salientar o pioneirismo deste tipo de relatório na Europa, uma vez que é o primeiro realizado por um país sobre a execução da sua própria Estratégia Nacional, o que se revelou um desafio na elaboração do mesmo” (CAENED, 2012: 8) é natural que o próprio mecanismo de recolha de dados se torne cada vez mais aprimorado, o que irá resultar por certo numa avaliação mais qualitativa das atividades inscritas tanto no Relatório como no Plano de Ação da ENED.

Capítulo III – A opção Multistakeholder como fator de sucesso da ENED

3.1 - Introdução e Nota Metodológica

Neste último capítulo, iremos explorar quais as estratégias adotadas para garantir o envolvimento dos diversos atores e iremos analisar como é que o envolvimento desses diversos atores foi um fator de sucesso da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Iremos também abordar o facto de a ENED ter sido considerada uma boa prática por outros atores a nível europeu exatamente por ter sido tomada essa opção de ser desenvolvida através de um processo participativo.

Tal como no capítulo anterior, muita da informação contida neste capítulo acaba por ser fruto do nosso próprio envolvimento do processo de elaboração da ENED enquanto representante da Plataforma Portuguesa das ONGD, sendo que aqui procuraremos também analisar os resultados já disponíveis sobre a implementação da ENED contidos no Relatório de Acompanhamento 2010-2011 e também na Planificação de 2013.

3.2 - Envolvimento dos Stakeholders

3.2.1 - Na fase de elaboração da ENED

Como já foi referido no capítulo anterior, durante o processo de elaboração da ENED foram organizados vários momentos de consulta a diversos atores na área da Educação para Desenvolvimento. Desde o início que foi clara a opção de ter um processo participativo que reunisse o maior número de atores de forma a dar muito mais sustentabilidade ao documento e ao próprio processo.

O processo de elaboração da ENED tenta responder à necessidade de crescente coerência entre a teoria e prática, conteúdos, metodologia e valores e ainda entre as várias “Educações para...”, assumindo-se que o processo é tão importante em si como a estratégia. Assim, uma ENED construída de forma participativa garante maior apropriação e legitimação social, com a sociedade civil a colaborar na definição da mesma.

(IPAD, 2009: 19)

Na verdade, as várias experiências internacionais de construção de estratégias de Educação para o Desenvolvimento demonstravam que optar por uma vertente participativa,

que reunisse não só atores de instituições públicas mas também organizações da sociedade civil, era fundamental para garantir o sucesso da Estratégia Nacional. No caso de Espanha, por exemplo, a vontade política que existiu para a criação da estratégia, que reuniu não só o Ministério dos Negócios Estrangeiros mas também o Ministério da Educação espanhol, não chegou para que estratégia espanhola saísse do papel. De facto, apesar da sociedade civil ter sido consultada durante a elaboração do documento, foi sempre claro que o processo de elaboração era um processo liderado pelo estado e de âmbito governamental o que levou a que os principais atores que implementam a ED no dia-a-dia não sentissem a Estratégia como sua e não se empenhassem no seu cumprimento. No caso espanhol, é também reconhecido que a falta de um plano de ação e de um exercício de operacionalização da estratégia levou ao seu fracasso.

O conhecimento desta e de outras experiências internacionais, como por exemplo a da Finlândia, vão-se assim demonstrar essenciais para que as decisões de escolha dos processos de elaboração da Estratégia sejam feitas de forma consciente e que Portugal opte por não repetir os erros cometidos noutros países privilegiando por exemplo uma forte vertente *multistakeholder* e a existência de um Plano de Ação da ENED: “Esta capacidade de operacionalização da Estratégia encontrou vários tipos de respostas: o processo participativo; a incorporação de ações comuns e estruturantes; a metodologia de acompanhamento e avaliação e a sua centralidade.” (Pereira, 2013: 5)

Mas como é que essa vertente *multistakeholder* se processou na prática?

Num primeiro momento e estando tomada a decisão de seguir um processo participativo, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (atual CICL) efetuou um mapeamento de atores que estavam diretamente relacionados com ED e com outras “Educações para...” que tinham algo em comum com a Educação para o Desenvolvimento. Após esse mapeamento, houve um esforço para que, caso tivesse sido identificada uma instituição pública, pudesse ser encontrada uma organização da sociedade civil que atuasse no mesmo âmbito da instituição pública. Ou seja, por exemplo no caso do IPAD – instituto público -, a congénere da sociedade civil seria a Plataforma Portuguesa das ONGD.

Chegou-se assim a uma lista de 15 organizações participantes entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, lista essa que se apresenta em baixo (Quadro 3.1):

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
IPAD	Plataforma ONGD
Ministério da Educação	CIDAC

IPJ	CNJ
APA	CPADA
ACIDI	APEDI
CIG	CNJP
Comissão Nacional da UNESCO	FCG
CNE	

Quadro 3.1 – Organizações envolvidas no Processo de Elaboração da Estratégia

Todas estas organizações foram convidadas para reuniões bilaterais onde lhes foi apresentada a intenção de criar uma estratégia nacional de Educação para o Desenvolvimento, e onde foram convidadas para participar ativamente no processo, tendo sido aceites todos os convites.

Num segundo momento, os dois grupos de trabalho criados (GT1 e GT2 – ver Capítulo 2 para mais informações) reuniram-se num esforço de definição conceptual, que procurou identificar os pontos em comum e as diferenças entre a ED e as outras “Educações para...”. Esse momento teve o nome de Oficina de Definição Conceptual.

A Oficina de Definição Conceptual decorreu, em Lisboa, no dia 4 de fevereiro de 2009 e procurou colmatar a necessidade de conciliar diferentes perspetivas sobre a ED que decorria da variedade de atores envolvidos. Assim foram identificados os seguintes objetivos para a Oficina:

- Identificar conceitos-chave presentes na ENED;
- Explicitar conceitos e definições de ED e explorar articulações com conceitos “adjacentes”;
- Evidenciar contributos possíveis para esta estratégia de ED, gerar novas pistas, reflexões, ações, questões;
- Proporcionar a possibilidade de interação e aprendizagem mútua, com participação de todos e de todas;
- Garantir registo escrito para relatório e processo do respetivo acompanhamento.

(IPAD, 2009: 19)

As conclusões desta Oficina acabam por ser fundamentais para a opção de não se incluir apenas uma definição de Educação para o Desenvolvimento na ENED, e muitas das reflexões relacionadas com as semelhanças e diferenças entre a ED e as outras “Educações para...”, acabam por ser incluídas integralmente no documento da ENED.

É também como consequência deste exercício e das recomendações dos participantes que é dada relevância ao processo de avaliação e de acompanhamento da ENED e também

que se toma a decisão de que seria importante definir os âmbitos e tipos de intervenção considerados como ED.

Num segundo momento, e com o objetivo de alimentar a Estratégia com as aprendizagens resultantes das ações de ED levadas a cabo pelas ONGD, o IPAD convoca todas as organizações que tinham tido projetos aprovados no âmbito da linha de financiamento de ED desde o seu início – 2005 – até 2008, para um exercício de análise e reflexão sobre as suas práticas e ações, e sobre o impacto das suas atividades. Assim, nos dias 2 e 3 de março de 2009, reuniram-se 15 das 19 ONGD que tinham sido convocadas.

Neste exercício são identificadas algumas sugestões que acabam por ser incluídas na ENED, como por exemplo a realização anual de um Fórum ED e o enfoque na capacitação de recursos humanos – que acabaria por dar origem ao Objetivo Específico 1 da Estratégia.

Nestes dois momentos e para que fosse possível recolher as perspetivas e opiniões de todos os participantes foi privilegiado o uso de metodologias adequadas para recolha de diferentes perspetivas como o *jigsaw* e a sistematizações de experiências.

É com base nestes dois momentos, que é desenvolvido um primeiro *draft* da Estratégia que depois foi alvo de diversas discussões no âmbito do GT1, até se chegar a uma versão já capaz de ser alvo de consulta pública. Nesta fase devemos destacar a participação entre todas as organizações envolvidas no GT2 e também a oportunidade que foi dada ao Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma e a todas as ONGD para darem contributos para o documento.

De salientar que a maioria dos contributos dados nestes momentos de reflexão foram incorporados na versão final do documento da Estratégia.

A participação de vários círculos concêntricos de entidades foi bastante ativa em diversos momentos da conceção da Estratégia, do Plano de Ação e do Sistema de acompanhamento. Promoveu o interconhecimento, a confiança e o compromisso entre as pessoas e as instituições.

(Pereira, 2012: 5)

Já com a Estratégia aprovada e publicada em Diário da República, a Comissão de Acompanhamento da ENED (ex-GT1) continua a privilegiar a participação do Grupo de Trabalho 2 e no caso das redes participantes, tentou sempre fazer o esforço para que as associadas das redes também fossem envolvidas. Neste âmbito é de salientar o trabalho feito conjuntamente com o GT2 no que diz respeito à construção do Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação da Estratégia e a apresentação da Estratégia às Organizações

Não-Governamentais de Ambiente (ONGA), em outubro de 2010, promovida conjuntamente pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e pela organização congénere da Sociedade Civil, a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA).

O envolvimento dos diversos atores nestas fases iniciais demonstrou-se crucial para o período que se seguiu de aplicação e execução da estratégia.

3.2.2 - Na implementação da ENED

Tendo sido o ano de 2010, considerado o primeiro ano de implementação da ENED, um ano dedicado sobretudo a definir não só o Plano de Ação da ENED mas também o Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação e as ferramentas de recolha de dados, o ano seguinte, 2011, veio trazer grandes mudanças que levaram a que o contexto sobre o qual a Estratégia foi produzida mudasse significativamente.

O contexto no qual decorreu a preparação da Estratégia mudou significativamente. Portugal está agora emerso numa crise financeira e económica nunca antes vista; o país beneficia de um pacote de ajuda financeira externa e foi eleito um novo governo. Como resultado, está a haver cortes nos recursos (tanto financeiros como humanos) em todos os setores de atividade, há fortes reformas estruturais que têm sido implementadas a todos os níveis e houve um forte aumento de impostos.

Guimarães e Santos (2011: 22 e 23)

Na verdade, as eleições legislativas e consequente mudança de governo em junho de 2011, e a necessidade de reestruturar muitos dos organismos públicos no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, que começou a ser aplicado em abril desse mesmo ano, acabaram por se traduzir em obstáculos à implementação da ENED que, na nossa opinião, foram apenas superados devido ao elevado grau de envolvimento e apropriação dos diversos atores envolvidos na elaboração e agora implementação da ENED.

Sendo muitas das instituições públicas que estavam envolvidas na ENED atingidas por essas mudanças: fusão entre instituições, mudanças das estruturas organizativas, redução drástica do orçamento disponível, e sendo o próprio IPAD alvo de uma fusão com o Instituto Camões dando origem ao novo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, desde outubro de 2010 a junho de 2012 o GT2 não reuniu uma única vez. No entanto, a Comissão de Acompanhamento manteve a sua atividade, realizando 26 reuniões, e informando via e-mail o GT2 do seu trabalho. Para além disso, quando tal foi solicitado, todas as organizações enviaram os dados sobre as atividades realizadas em 2010 e 2011 permitindo assim realizar o Relatório de Acompanhamento 2010-2011.

Mais recentemente o GT2 tem tido as duas reuniões anuais planejadas no Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação, e a Comissão de Acompanhamento continua a reunir com muita frequência assegurando assim a implementação da ENED e a organização das atividades estruturantes como é o caso das Jornadas de ED.

Das atividades estruturantes previstas, só ainda não foi possível realizar o Fórum ED, sendo que a primeira edição está prevista para o primeiro trimestre de 2014.

3.2.3 - As Jornadas anuais de Educação para o Desenvolvimento

Desde 2010 que se realizaram três edições das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento. Tal como o planeado, todas as edições têm sido coorganizadas por organizações da sociedade civil e instituições públicas.

A realização das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento está contemplada no Plano de Ação da ENED, e pretende juntar atores, promover a troca de experiências, aprofundar a reflexão, demonstrar e cimentar o caminho percorrido e identificar o caminho a percorrer com o intuito de contribuir para o conjunto dos Objetivos da Estratégia.

A primeira edição decorreu no dia 23 de novembro de 2010 e foi dedicada ao tema da Influência Política e *Advocacy*. Para além da Comissão de Acompanhamento contou com a participação da Confederação das Organizações para a Defesa do Ambiente (CPADA) na organização. Estas primeiras Jornadas de ED reuniram mais de trinta participantes provenientes tanto de instituições públicas como de organizações da sociedade civil (entre elas ONGA e ONGD), que juntos discutiram as suas práticas de influência política e *advocacy* e olharam criticamente para o Objetivo Específico 4 da ENED procurando encontrar soluções e fazer sugestões sobre como melhorar as práticas de ED, no âmbito da conceção, execução e avaliação deste tipo de atividades.

A segunda edição dedicada ao tema da Educação para o Desenvolvimento nas Escolas decorreu no dia 21 de janeiro de 2012 e contou com a participação de várias organizações do GT2 e de muitos docentes vindos de vários pontos do país, perfazendo mais de cem participantes. Esta edição das Jornada contou com a presença do GENE e também com a apresentação de práticas das escolas mas também de muitos materiais pedagógicos desenvolvidos por organizações da sociedade civil. Procurou-se desta forma debater sugestões sobre a melhoria da execução de ações de ED no âmbito da Educação Formal.

No dia 30 de maio de 2013, decorreram as terceiras Jornadas de ED dedicadas ao tema da ED e as outras “Educações para...”. Estas Jornadas reuniram cerca de quarenta pessoas provenientes praticamente de todas as organizações representadas na ENED. Durante o dia, os

participantes tiveram oportunidade de debater e aprofundar a ligação entre a ED e as outras “Educações para...” sendo dadas pistas importantes de aprofundamento e ligações que deverão ser tidas em conta no futuro. De salientar, que nesta edição das Jornadas, dois dos membros do GT2, a APA e o CNJ, tiveram oportunidade de partilhar as suas práticas de ED e de abordar o impacto que a ENED estava a ter na execução do seu trabalho.

3.2.4 - O Relatório de Acompanhamento 2010-2011 e Planificação 2013

Como já foi referido anteriormente, em 2011, depois da criação do Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação da ENED, e sendo necessária a sua operacionalização, o IPAD celebrou um contrato-programa com a ESE do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, sendo que foi esta a organização responsável pela recolha de todos os dados para relatórios e planificação.

Até ao momento, só o Relatório de Acompanhamento 2010-2011 e a Planificação para 2013 estão disponíveis para consulta pública. No entanto espera-se que nas próximas semanas seja publicado o Relatório de Acompanhamento de 2012, sendo que neste momento já se estão a recolher as informações relativas à Planificação 2014.

Todo este sistema de planificação e de relatório pretende monitorizar a execução da ENED procurando perceber que objetivos e medidas estão a ser implementados, com que tipo de fundos é que as organizações respondentes executam as suas atividades e qual a área geográfica coberta.

Para o Relatório de 2010-2011 foi estabelecido o objetivo geral de “monitorizar a execução da ENED” (CAENED, 2012: 9) e os seguintes objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção e, nomeadamente, as escolas e agrupamentos de escolas nas quais se realizaram ou que foram envolvidas em atividades de ED;
- identificar os principais financiadores das atividades da ENED;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;

- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

(CANED, 2012: 9)

Uma vez que esta foi a primeira vez que o sistema de recolha de dados foi posto à prova, o Gabinete de Estudos para a Educação para o Desenvolvimento da ESE de Viana acabou por ter de fazer alguns ajustes ao Dispositivo de Acompanhamento após perceber que, por exemplo, seria relevante recolher os dados de todas as ONGD membros da Plataforma e não apenas da Plataforma enquanto organização.

Assim, para este primeiro relatório foram contactadas todas as organizações que pertencem à Comissão de Acompanhamento e ao GT2 da ENED, e também as ONGD registadas na Plataforma e as Escolas Superiores de Educação – organizações responsáveis pela formação inicial de professores.

Todas as organizações envolvidas diretamente da ENED (CA e GT2) enviaram os dados, sendo que também 59% das ONGD, e três ESE responderam.

Do envio das respostas pode-se constatar que todos os Objetivos Específicos e correspondentes medidas foram trabalhados pelas organizações respondentes, tendo até existido um ligeiro aumento das atividades de 2010 para 2011 (Figura 3.1).

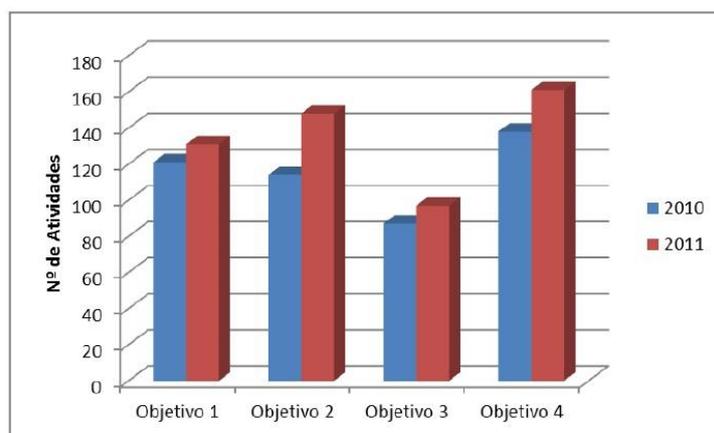


Figura 3.1 – Gráfico execução global dos objetivos específicos da ENED (CAENED, 2012: 41)

No processo de Planificação da ENED 2013, ao qual responderam também todas as organizações da CA e do GT2 da ENED, 27 ONGD e uma ESE, pode também verificar-se que todos os Objetivos serão alvo de pelo menos uma atividade em 2013, sendo que apenas a TA 1.1.1 e 2.1.1 não têm nenhuma atividade prevista (Figura 3.2):

Análise pelo número de inquéritos (100 entradas)



Figura 3.1 – Gráfico da cobertura dos objetivos específicos na Planificação ENED 2013 (CAENED, 2013: 6)

Na nossa opinião, esta alta taxa de respondentes e o número de atividades apresentado que contribuem para a ENED demonstra bem o envolvimento que os diversos atores têm tido no processo de implementação da Estratégia.

Na realidade, não nos podemos esquecer que a Estratégia foi elaborada sem ter fundos monetários alocados especificamente para a sua execução, o que consistiu desde o início num constrangimento. Contudo, sempre foi reconhecido que a intenção desta primeira Estratégia seria conseguir que todas as organizações envolvidas alocassem algum do dinheiro que tinham no seu orçamento e que já aplicavam na área da Educação para o Desenvolvimento na ENED. Ou seja, reconheceu-se que a ENED 2010-2015 seria sobretudo um exercício de mapeamento de atividades e de construção de trabalho conjunto para um bem comum que neste caso é representado pelos quatro Objetivos Específicos da ENED, que foram identificados por todas as organizações como prioritários.

Assim, é nossa convicção que o facto de todas as organizações inscreverem as atividades que realizam, e os fundos que aplicam nessas mesmas atividades tanto no Relatório de Atividades como até na Planificação da ENED simboliza a apropriação de todos o processo..

3.3 - O Exemplo Português: Boa Prática a nível europeu

Sendo a Estratégia na sua génese muito influenciada pelo contexto internacional e pela participação em redes internacionais, o seu processo de elaboração e implementação tem sido alvo de enfoque a nível internacional.

Assim, no ano de 2010 e 2011 foram vários os palcos onde o processo de elaboração da ENED foi apresentado, sendo considerado como uma boa prática:

- Polónia, 23 de março de 2010 – “*Launching Event for Promoting Global Development Education in the new EU member States*”
- Eslováquia, 27 e 28 de maio de 2010 – “*Global Development in Slovakia*”
- Itália, 13 e 14 de setembro de 2010 – “*Global Citizenship and the School Curriculum: Comparing Policies and Best Practices*”
- Bélgica, 19 de maio de 2011 – “*Fostering National DEAR Strategies*”

Também nas várias reuniões do GENE, do *European MultiStakeholder Group on Development Education* e do *DARE Forum* a Estratégia e a forma como estava a decorrer a sua implementação foi apresentada, sendo que no âmbito do GENE o acompanhamento tem sido feito de forma mais próxima.

No âmbito do *DARE Forum* e do Projeto DEEEP alguns membros da Comissão de Acompanhamento da ENED foram convidados para escrever um artigo sobre a ENED no Dossier Temático “*DEAR matters: Strategic Approaches to Development Education in Europe*”, dossier esse que procurava dar exemplos que motivassem à construção de estratégias nacionais noutros países.

A nível europeu, é também importante referir que as próprias instituições europeias reconheceram a ENED como uma boa prática exatamente pela sua elaboração e implementação *multistakeholder*.

Na sua *Peer Review* a Portugal em 2010, o CAD considerou que “a abordagem de Portugal à Educação para o Desenvolvimento é de provável interesse para os outros membros do CAD” (OCDE, 2010: 34).

No seio da União Europeia, e em audição no Parlamento Europeu dedicada à ED, o Comissário Europeu do Desenvolvimento, Andris Piebalgs afirmou:

“Estou contente por ver que muitos estados membros, tal como Portugal ou mais recentemente a República Checa, já adotaram uma estratégia de Educação para o Desenvolvimento. Estas estratégias são na maioria dos casos fruto de um processo *multistakeholder* intenso a nível nacional. São a ilustração clara de como a comunidade de ED europeia é vibrante.”

(Piebalgs 2011: 3)

Mais recentemente e ainda no seio da União Europeia, a Comissão Europeia publicou um *Staff Working Paper* sobre Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização que indica a ENED como um exemplo a seguir:

“Muitas destas (estratégias) foram desenvolvidas seguindo um processo *multistakeholder*, que envolveu uma multiplicidade de atores, tais como Ministérios de Negócios Estrangeiros, Organizações da Sociedade Civil e Plataformas, Autoridades Locais, Autoridade Educativos, Universidade e outros Ministérios. O processo de desenvolvimento das estratégias nacionais foi muitas vezes apoiado por atores externos. Por exemplo, o GENE apoiou o desenvolvimento da Estratégia Portuguesa de Educação para o Desenvolvimento”

(European Commission, 2012a: 7)

Gostaríamos ainda de referir que a ENED já serviu de inspiração a outras Estratégias a nível europeu: a República Checa elaborou uma estratégia nacional também seguindo uma abordagem *multistakeholder* e a Eslováquia, na sequência do Seminário onde a estratégia portuguesa foi apresentada, também iniciou um processo *multistakeholder* que levou à criação e uma estratégia e um plano de ação que começou a ser implementado em 2012.

Conclusão

Ao longo deste trabalho procurámos compreender e analisar como é que o facto do Instituto Português de Apoio para o Desenvolvimento (IPAD) ter optado por um processo *multistakeholder* para a elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, contribuiu para o seu sucesso

Tendo em conta a análise de como surgiu a Educação para o Desenvolvimento, a sua evolução, contexto e a sua definição (Capítulo 1), e percebendo o quão complexo é o conceito de ED e que tal complexidade acaba por decorrer do facto do seu objeto de estudo ser uma realidade em constante mutação, concluímos que qualquer abordagem realizada na área da Educação para o Desenvolvimento deve ser realizada de um modo participativo, aceitando as diferentes perspetivas, absorvendo e adaptando-se a todas as mudanças que decorrem a nível contextual respeitando sempre os princípios e valores subjacentes à ED. Na verdade, se quisermos ter uma abordagem coerente em ED não podemos esquecer que “em ED a forma é conteúdo”. (CIDAC, 2005: 45)

Assim, tendo também em conta as opções que foram tomadas durante a elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (Capítulo 2), percebemos que, tendo a intenção de iniciar um processo sério e que tivesse real impacto na sociedade portuguesa, o mesmo não poderia ter sido conduzido de outra maneira. Claro que há sempre pontos que poderão ser melhorados caso se concretize a intenção de criar uma segunda estratégia 2015-2020, mas a realidade é que com os constrangimentos e obstáculos que foram surgindo (nomeadamente as mudanças governamentais e o próprio facto de o país se encontrar sob resgate financeiro da *Troika* formada pelo Banco Central Europeu, União Europeia e Fundo Monetário Internacional) é nosso entendimento que de facto, a opção *multistakeholder* não só foi coerente em termos de teoria *versus* ação, mas também acabou por garantir alguma sustentabilidade ao processo. Também a forma como o documento da Estratégia está estruturado e os seus conteúdos, plasmam claramente o cuidado de se ter um documento o mais inclusivo possível, sem no entanto esquecer a especificidade e mais-valia da Educação para o Desenvolvimento.

Ao analisar de forma mais pormenorizada o papel e contributos dos diversos atores na construção e mais tarde na implementação da ENED (Capítulo 3) percebemos melhor o grau e tipo de envolvimento dos atores e como este foi um processo verdadeiramente participativo.

Na fase de elaboração, a organização e participação dos diversos atores nos exercícios de reflexão a nível conceptual e de análise de práticas, como foram a Oficina de Definição Conceptual e o Exercício de Sistematização de Experiências, os contributos e comentários ao primeiro *draft* do documento, a construção conjunta do Plano de Ação e a validação do Dispositivo de Acompanhamento e Avaliação são demonstrativos de como foi dada voz a todos os atores, e de como houve abertura para incluir os contributos de todos. Já na fase de implementação da ENED, se tivermos em conta a contínua consulta a vários atores, os contributos para os Relatórios de Execução e Planificação da ENED bem como a participação ativa nas Jornadas de ED, percebemos que os diversos atores estão envolvidos e que contribuem, tal como foi dito anteriormente para a sustentabilidade da Estratégia. Pensamos que prova dessa sustentabilidade acaba por refletir-se no facto da ENED ter sobrevivido já a uma mudança governativa profunda (a nível de espectro político), a mudanças e fusões institucionais (criação do CICL) e até a quatro Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (organismo que tutela o CICL).

Uma verdadeira parceria, que consiga resultados duradouros e reais tem de ser feita de igual para igual, dando voz e espaço a todos para participarem. Desta forma, acaba também por ter de haver uma certa cumplicidade entre as organizações que juntas querem trabalhar para um objetivo comum, conseguindo colocar esse objetivo comum à frente dos interesses específicos de cada organização. Na ENED, isso aconteceu. De facto, apesar de ter sido o IPAD (atual CICL) a iniciar o processo, sempre teve a abertura e a humildade para permitir aos outros atores apropriarem-se da Estratégia conseguindo que todos dessem o seu contributo e todos sentissem a ENED como sua, contribuindo de facto para uma mudança na sociedade.

Uma das dificuldades encontradas logo no início deste trabalho, dificuldade que encontramos também com frequência na nossa prática profissional, é a existência de múltiplas definições de ED. Na verdade, e tendo já oportunidade de refletir sobre este facto algumas vezes, esta diversidade apresenta-se-nos como uma dicotomia. Se por um lado, e tendo mais uma vez em conta os valores da ED, em ED não há certo nem errado e devem ser aceites múltiplas perspetivas fomentando o pensamento crítico e a abertura a novas realidades, por outro, é nossa opinião que tal diversidade acaba por, em determinados casos, enfraquecer o setor, criando pouca clareza conceptual e alguma dificuldade em entender o que de facto é ED. São por isso bastante úteis alguns exercícios que têm sido feitos de agrupar os conceitos, percebendo as suas diferenças e semelhanças.

Ainda a nível conceptual e como consequência da análise do Modelo das Cinco Gerações da ED da autoria da Manuela Mesa, este trabalho acabou também por se revelar útil, contribuindo para melhorar a nossa perceção sobre os diferentes termos relacionados com ED: é ED o mesmo que Educação para a Cidadania Global e Educação Global? Se tivermos em conta a análise de Manuela Mesa torna-se claro que com a evolução do contexto que a ED acaba por analisar, a própria nomenclatura evolui, sendo atualmente a Educação para a Cidadania Global um termo muito mais explícito e que descreve mais claramente o que fazemos hoje em ED (que é muito mais do que sensibilizar a população do “Norte” para os problemas do “Sul”).

Neste âmbito, acreditamos igualmente que a utilização do termo “Educação para a Cidadania Global” acabaria por facilitar a identificação dos atores com a ED e evitaria também algumas confusões comuns como é a de confundir ED com ações de Educação no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento (construção de escolas nos Países em Desenvolvimento por exemplo).

Não caindo no âmbito deste trabalho, acabámos por optar por não nos debruçar sobre algumas questões que, no entanto, pensamos ser importantes para serem consideradas em futuros trabalhos. Para além de, na nossa opinião, ser urgente uma clarificação do conceito de ED, tema que já tivemos oportunidade de abordar no parágrafo anterior, acreditamos ser muito importante abordar a questão da medição de impacto das ações de ED no geral e da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. É claro para nós que impacto em ED é mais do que uma mera contabilização do número de atividades, participantes e afins. Sendo a Educação para o Desenvolvimento um processo de transformação pessoal e social, como pode essa transformação ser medida?

Outra questão relacionada também com a avaliação da ED é a questão da qualidade. Que características deve ter uma ação de ED para ser considerada uma ação de qualidade? Das atividades que têm sido inscritas nos relatórios da ENED, que ações são verdadeiramente ED? Que ações promovem realmente a dimensão do conhecimento, da análise e do pensamento crítico e da tomada de decisão para agir?

Estando a Estratégia Nacional a meio termo do seu período de execução, começa a ser tempo de olhar para o caminho já percorrido e refletir sobre o futuro. A nível de políticas públicas e apesar de várias instituições públicas estarem ativamente envolvidas na ENED, é claro que muitas vezes recai sobre os próprios técnicos e diretores-gerais a decisão e motivação de efetuar ou não atividades de ED. Na nossa opinião, falta ainda percorrer algum

caminho para que as altas chefias – Gabinetes, Secretários de Estado e Ministros – compreendam e reconheçam realmente a importância da Educação para o Desenvolvimento.

É no entanto importante referir que tal não se deve ao desconhecimento da Educação para o Desenvolvimento por si só. É nossa convicção que o problema é ainda mais profundo: a política de desenvolvimento no seu todo (Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária de Emergência) não é compreendida e como consequência não é considerada relevante apesar de ser considerada uma “Política Pública” (MNE, 2006:5). Assim, arriscamo-nos a dizer que é urgente que as altas esferas políticas sejam elas próprias participantes de um processo de Educação para o Desenvolvimento. Sendo que aqui deve ser referido o já muito trabalho feito por algumas ONGD na área de *advocacy* e o trabalho dos próprios técnicos e chefias das várias instituições, e que acaba por ser enquadrado exatamente na ENED.

Em tempos de crise, como os que vivemos, em que há uma crescente tendência para um enfoque nos problemas pessoais e nacionais, esquecendo muitas vezes que vivemos num mundo interdependente, acreditamos que é cada vez mais importante que a Educação para o Desenvolvimento seja reforçada. Na verdade, só quando os cidadãos começam a olhar e a refletir criticamente sobre o mundo que os rodeia, é que têm consciência e se sentem com poder para agir em prol da transformação social conseguindo assim melhorar o mundo de dia para dia. Assim e considerando que “a Educação para o Desenvolvimento requer estratégias, dinâmicas e enfoques que se adaptem a um contexto social e político que está em contante mutação” (Mesa: 2011: 167), a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e sobretudo o seu processo de elaboração e execução *multistakeholder* representam um contributo importante para a transformação social que hoje mais do que nunca se sente necessária.

Fontes

- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização, 2007,
Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2009, Diário da República, 2.^a série — N.º 230 — 26 de novembro de 2009
Recomendação 992 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
Resolução 13323/01DEVGEN 157 sobre a “Educação para o Desenvolvimento e a Sensibilização da Opinião Pública Europeia a favor da Cooperação para o Desenvolvimento”
Uma Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa, Diário da República, 1.^a série — N.º 244 — 22 de dezembro de 2005

Bibliografia

- CAENED (2010), *Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*, s.l, s.n
- CAENED (2012), *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2011) Relatório de Acompanhamento*, s.l, s.n
- CAENED (2013), *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2011) Planificação 2013*, s.l, s.n
- CIDAC (2005), "A experiência de Educação para o Desenvolvimento em Portugal", em Fórum DC, *abcED: Introdução à Educação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Edição IMVF e OIKOS.
- CIDAC (2006), *A Educação para o Desenvolvimento em Portugal*, s.l, s.n
- CIDAC (2010), *Algumas Notas sobre o Processo de Elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*, s.l, s.n
- European Commission (2012), *Special Eurobarometer 392: Solidarity that spans the Globe: Europeans and Development Aid*, s.l, European Commission
- European Commission (2012a), *Commission Staff Working Document on Development Education and Awareness Raising (DEAR) in Europe – SWD (2012)457*, s.l, European Commission
- Guimarães, S. & Santos, A.T. (2011), "The Portuguese National Strategy Process: A success story threatened by the budget crisis", em DEEEP, *DEAR matters: Strategic approaches to development education in Europe*, Brussels, DEEEP – CONCORD.
- Hartmeyer, H. (2008), "Lessons Learnt from the Austria-Portugal Exchange 2006-2008" *Global Education Briefing Papers No. 1*, Amsterdam, GENE
- IPAD (2009), *Processo de Elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento – Oficina de Definição Conceptual*, s.l, s.n
- Krause, J. (2010), *European Development Education Monitoring Report - DE Watch*, Bruxelas, DEEEP
- Mesa, M. (2011), "Reflexiones sobre el modelo de las cinco generaciones de Educación para el Desarrollo", *Educación Global Research*, Online, nº0, 161-167
- Mesa, M. (2011a), Evolución y futuros desafíos en la educación para el desarrollo *Educación Global Research*, Online, nº0, 122-140
- MNE (2006), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Lisboa, Cooperação Portuguesa
- OCDE (2010), *Portugal DAC Peer Review 2010*, s.l, OCDE
- Pereira, L. (2013), "Portugal: Portuguese Strategy for Development Education. From recente Experiences to new Challenges", em Forghani-Aran, Neda et al (orgs),

Global Education in Europe: Policy, Practice and Theoretical Challenges, Berlim, Waxmann

Piebalgs, A. (2011), Speech by Commissioner Andris Piebalgs, discurso na *Audição no Parlamento Europeu sobre Educação para o Desenvolvimento*, Parlamento Europeu, 30 de agosto de 2011, Bruxelas

Rajacic, A. *et al* (2010), *DEAR in Europe – Recommendations for the future interventions by the European Commission: Final Report of the Development Education & Awareness Raising Study*, s.l, s.n

Santos, A.T. (2010), “The Portuguese National Strategy for Development Education: a participatory approach”, comunicação apresentada na Conferência *Global Citizenship and the School Curriculum: Comparing Policies and Best Practices*, organizada pela Save the Children – Italy, 13 e 14 de setembro de 2010, Milão

Websites Consultados:

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua – <http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/sociedade-civil/educacao-para-o-desenvolvimento>, consultado em setembro de 2013

Centro Norte Sul - <http://www.coe.int/t/dg4/nscentre/>, consultado em agosto de 2012

CIDAC – www.cidac.pt, consultado em setembro de 2012

CONCORD – www.concordeurope.org, consultado em setembro de 2012

DEEEP – www.deeep.org, consultado em agosto de 2012

GENE – www.gene.eu ; consultado em agosto de 2012

IDEA – www.ideaonline.ie, consultado em agosto de 2012

Plataforma Portuguesa das ONGD – www.plataformaongd.pt; consultado em setembro de 2012

Anexo A

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Anexo B

Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento